

Sumário

Número de notícias: 52 | Número de veículos: 41

PORTAL R7 - NACIONAL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cashback: governo vai devolver dinheiro de imposto pago sobre alimentos da cesta básica 6

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo tem que aprovar reformas no primeiro ano de mandato, diz Alckmin 7

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo valor do custo Brasil, apresentado hoje, é de R\$ 1,7 trilhão 9

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zona Franca mantida - Curtas 11

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita define plano para divulgar dados sobre renúncia fiscal 12

VALOR ONLINE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alterações têm baixo impacto, dizem economistas 14

FOLHA ONLINE - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças feitas por relator do arcabouço dividem economistas; entenda 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

FMI melhora projeção para PIB do Brasil e recomenda esforço fiscal mais ambicioso 18

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Haddad diz que há "muito voto" para aprovar arcabouço fiscal no Congresso 19

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mudanças fiscais vão preservar modelo da Zona Franca de Manaus, garante Appy 21

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tebet: arcabouço será fundamental para processo de redução de juros 22

FOLHA ONLINE - SP - BANCO CENTRAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

FMI diz que reforçar arcabouço fiscal e ampliar base tributária dará credibilidade ao governo 23

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relatório do arcabouço tem avanços, mas não altera trajetória da dívida pública, diz economista do Santander 24

Quarta-Feira, 17 de Maio de 2023

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Programa que vai cortar impostos de carros populares deve sair em maio, diz Alckmin 25

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: relator diz que proposta deve ser prioridade na Câmara após arcabouço fiscal 27

VALOR ONLINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Receita abre 'caixa-preta das renúncias fiscais' e divulga informações até fim do mês 29

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo prepara revisão de deduções e isenções do Imposto de Renda para reforçar arrecadação 31

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal: acordo do governo com relator permitirá aprovação com ampla margem na Câmara, diz Haddad 33

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

O que são gatilhos e quais as mudanças no texto do arcabouço fiscal 35

PORTAL UOL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arcabouço com sanções e exceção para mínimo e Bolsa Família será votado dia 24, diz Cajado 38

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

Que imposto é esse (Vinicius Branco) 40

VALOR ONLINE - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Taxação de capital no exterior é 'prefácio' da reforma do IR 42

O GLOBO - ON LINE - RJ
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Imposto de Renda é onde se pode perseguir equidade", diz diretor da Secretaria de Reforma Tributária 44

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Arcabouço fiscal: relator blinda Bolsa Família e mínimo a pedido do governo 46

PORTAL UOL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Tarcísio se diz favorável à reforma tributária, com alguns ajustes 47

PORTAL UOL - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Após reunião com Haddad, relator na Câmara diz que arcabouço terá sanções	48
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Appy sobre reforma: Ideal seria uma alíquota, mas será preciso fazer concessão	49
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Perspectiva é aprovar reforma tributária na Câmara até meados de julho, diz Appy	50
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Condição fiscal do País não permite reduzir carga tributária, diz Appy	51
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Estados e Receita já estudam operação do IVA	52
VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo pode elevar receitas com disputas bilionárias de PIS/Cofins	53
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Arcabouço fiscal: Haddad reforça presença nas negociações para destravar pauta-chave do governo	55
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pimenta: Vamos aprovar marco fiscal e reforma tributária	57
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Fiesp apoia reforma sobre consumo, alíquota máxima de 25% e transição rápida para IBS	58
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Coordenador pede mais prazo e relatório da reforma tributária deve ser entregue só em junho	60
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Impostos: Estados e Receita já estudam operação do cashback; veja o andamento	61
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Appy afirma cashbak na reforma tributária pode ser para toda população	62
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Receita Federal já estuda parte operacional para novo IVA, diz Appy	63
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tebet diz que reforma tributária é bala de prata para crescimento com inclusão social	64
VALOR ONLINE - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	

Lista de receitas para resultado primário pode somar R\$ 127 bi.....	65
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária pode turbinar preços de chocolates, salgadinhos e refrigerantes	67
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Appy: Se for tributar menos a Netflix vou ter de tributar mais dos outros setores da economia	69
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Se tratarem reforma como jogo de soma zero ela não sairá, diz Appy.....	70
FOLHA ONLINE - SP REFORMA TRIBUTÁRIA	
Saúde, educação e alimentos não precisam de imposto menor na reforma tributária, diz especialista (Reforma tributária)	71
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Marcus Abraham: O que pensa o ChatGPT sobre o novo arcabouço fiscal, reforma tributária e outros temas afins	75
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Relatório da reforma tributária é adiado e será apresentado a partir do dia 23.....	79
AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Crise na Argentina e reforma tributária são preocupações de Haddad.....	80
PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
17 setores que empregam 8,9 milhões lançam manifesto em prol da desoneração da folha até 2027	81
PORTAL UOL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad: acordo Mercosul-Japão está na ordem do dia para os empresários japoneses.....	83
G1 - NACIONAL - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo conta com reforma tributária para estabilizar a dívida pública com menor esforço fiscal	84
CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Lira defende aprovação do arcabouço fiscal, mas diz que texto será modificado.....	86
O GLOBO - ON LINE - RJ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Cerco do governo aos importados nos sites de e-commerce pode gerar até R\$ 30 bi em impostos, calcula varejo nacional	88

Cashback: governo vai devolver dinheiro de imposto pago sobre alimentos da cesta básica

Economia

/
Agência Brasil

O imposto que incide sobre a compra de alimentos e demais produtos da cesta básica pode ser devolvido à população, em operação semelhante ao cashback, tão popular atualmente. A novidade foi revelada por Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, na quarta-feira (16). Ele disse que a prioridade do governo é beneficiar as famílias de renda mais baixa.

Em entrevista ao programa A Voz do Brasil, da EBC (Empresa Brasil de Comunicação), emissora oficial do governo federal, Appy contou que a proposta, ainda em elaboração, tem como foco os grupos da população já incluídos em programas sociais.

Compartilhe esta notícia no Whatsapp

Compartilhe esta notícia no Telegram

A ideia que orienta o desenvolvimento do sistema, disse o secretário, é devolver o imposto para os consumidores. "Qualquer que seja o desenho do cashback, ele irá favorecer as famílias de menor renda."

Devolver o valor do imposto na boca do caixa é uma das propostas em análise, afirmou Appy. A exemplo de experiências que deram certo em outros países, nesse modelo, o consumidor recebe um desconto (o cashback) já na hora de fazer o pagamento do produto.

Sobre a **reforma tributária** e as possíveis consequências que as alterações na legislação podem impor à Zona Franca de Manaus, área de livre comércio, que conta com incentivos fiscais, Bernard Appy também afirmou que as condições serão preservadas.

"O governo pretende rever as desonerações fiscais, mas a Zona Franca será preservada, por ser muito importante para o estado do Amazonas. O governo está discutindo uma transição muito lenta para um

novo modelo de desenvolvimento da região, que explore melhor as vocações regionais. Essa transição que não vai gerar nenhuma turbulência, nenhuma insegurança para as empresas que já estão instaladas", explicou.

A expectativa do governo é que a Câmara dos Deputados aprove a **reforma tributária** em tramitação até meados de julho. Depois, ela vai passar pelo Senado.

Site: <http://noticias.r7.com/economia/cashback-governo-vai-devolver-dinheiro-de-imposto-pago-sobre-alimentos-da-cesta-basica-17052023>

Governo tem que aprovar reformas no primeiro ano de mandato, diz Alckmin

Por Guilherme Mazui, g1 - Brasília

O vice-presidente Geraldo Alckmin afirmou nesta quarta-feira (17) que o governo precisa aproveitar o primeiro ano de mandato para aprovar reformas.

Ele deu a declaração ao defender a realização de uma **reforma tributária** em um evento sobre competitividade empresarial. A alteração no sistema de **impostos** do país está em análise no Congresso Nacional.

Na avaliação de Alckmin, se o governo perder a oportunidade de aprovar as mudanças no primeiro ano, a aprovação de reformas fica mais difícil.

O vice-presidente disse estar otimista de que a **reforma tributária** avance neste ano.

Eu acho que está maduro o projeto de **reforma tributária**. Bastante discutido, debatido. Reformas têm que aprovar no primeiro ano. Se perder o primeiro ano, passou. É agora que tem que votar. Eu acho que ela não é obra acabada e perfeita, mas ela vai ajudar muito, porque ela traz eficiência econômica, simplificação, ajuda nas exportações, afirmou o vice-presidente.

Alckmin participou de um fórum promovido pela Frente Parlamentar Pelo Brasil Competitivo. O político do PSB acumula a função de vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Ele ficará no exercício da Presidência nos próximos dias por causa da viagem de Lula para participar da reunião no G7 no Japão.

Discutida há décadas, a reforma dos **impostos** sobre o consumo é considerada prioritária pelo governo para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é considerado caótico por empresários e investidores.

A ideia é simplificar a cobrança de **tributos** com a substituição de **impostos** por um Imposto Sobre Valor Agregado (IVA).

No Congresso, tramitam duas propostas sobre o assunto: PEC 110, que iniciou a tramitação pelo Senado, e a PEC 45, que iniciou a tramitação pela Câmara dos Deputados.

Com a implementação do IVA no Brasil, os **tributos** passariam a ser não cumulativos. Isso significa que, ao longo da cadeia de produção, os **impostos** seriam pagos uma só vez por todos os participantes do processo.

Atualmente, cada etapa da cadeia paga os **impostos** individualmente, e eles vão se acumulando até o consumidor final.

Outra mudança é que o tributo sobre o consumo (IVA) seria cobrado no destino, ou seja, no local onde os produtos são consumidos, e não mais onde eles são produzidos. Isso contribuiria para combater a chamada guerra fiscal, nome dado a disputa entre os estados para que empresas se instalem em seus territórios.

O governo participa das discussões da **reforma tributária** em curso no Congresso e pretende intensificar a articulação para a votação após a aprovação do novo marco fiscal. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também já adiantou que dará prioridade ao tema nas próximas semanas.

Alckmin também destacou a importância de implementar a nova regra fiscal, que vai substituir o teto de gastos, regra que corrige as despesas da União pela **inflação**.

O governo tentará aprovar nesta quarta, na Câmara, a urgência do projeto, o que permitirá que os deputados analisem o tema diretamente no plenário.

O governo pretende aprovar o mérito da proposta na próxima semana, iniciando, na sequência, a análise do Senado.

Para Alckmin, a aprovação da nova regra permitirá a redução da taxa de juros, a Selic, que segue em 13,75%. O presidente Lula e outros ministros têm criticado o patamar, porque consideram que encarecem o crédito, o que dificulta o crescimento da economia.

Questão fiscal, a ancoragem fiscal, também está no Congresso, vai ser agora discutida, acho que hoje é o regime de urgência, também tem uma proposta importante. A **inflação** está em queda, estamos com 4,12% ao ano e deve baixar a 4%. **Inflação** muito menor que Europa, Estados Unidos. Isso deve levar a

uma redução de juros , disse Alckmin.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/17/governo-tem-que-aprovar-reformas-no-primeiro-ano-de-mandato-diz-alckmin.ghtml>

Novo valor do custo Brasil, apresentado hoje, é de R\$ 1,7 trilhão

Victor Correia

O Movimento Brasil Competitivo (MBC) apresenta nesta quarta-feira (16/5) o novo valor do custo Brasil, calculado em R\$ 1,7 trilhões em estudo realizado em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). O montante representa o quanto as empresas brasileiras gastam a mais para produzir no país em comparação com a média de custo dos países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O estudo será apresentado em detalhes na primeira edição do Fórum de Competitividade, em Brasília, realizado pela Frente Parlamentar Brasil Competitivo. O evento terá a presença de um dos fundadores do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab .

Divulgado pela primeira vez em 2019, o valor antigo do custo Brasil era de R\$ 1,5 trilhão. Ao Correio , o conselheiro executivo do MCB, Rogério Caiuby, explicou que o aumento do número ocorreu principalmente pelas questões monetárias dos últimos anos, e não significa um aumento real do custo. Na avaliação dele, alguns pontos medidos pelo indicador tiveram melhoras, como o acesso da população à banda larga, mas outros "andaram de lado" ou pioraram. Para o movimento, há uma abertura do governo federal para atacar os principais problemas que levam ao custo excessivo às empresas brasileiras, como a realização de obras de infraestrutura e melhoria da educação básica e da qualificação da força de trabalho .

Confira a entrevista completa com Rogério Caiuby:

O sistema tributário é um dos principais elementos do custo Brasil. Como você vê a discussão atual sobre a reforma?

Essa questão da importância da **reforma tributária** não é recente. Tem, pelo menos, 15 anos. Então esta proposta de agora é resultado da discussão que a gente vem tendo há muito tempo. Ela tem enormes desafios para que seja aprovada, mas a gente acredita que existe um ambiente possível (para a aprovação). Já se chegou a alguns consensos. Há uma enorme complexidade no sistema tributário, o que dificulta em muito e faz com que algumas empresas não consigam pagar os **tributos**. Tornar o sistema mais simples é

um consenso. Só para tangibilizar a questão da simplificação, o setor produtivo gasta em torno de 62 dias por ano para honrar os seus compromissos com a tributação. Na média dos países da OCDE, são seis dias. Isso é custo Brasil na veia. Agora, talvez, a discussão que esteja travando [a proposta] são as alíquotas para cada setor. É natural que o setor produtivo fique receoso. Se a gente errar na medida, pode ter um impacto relevante.

Quais outros fatores contribuem para o cálculo desse indicador?

Se a gente olhar para os principais capítulos do custo Brasil, os **tributos** são um deles. Outro é empregar o capital humano, o que sozinho representa quase 20% do custo Brasil. O fator que mais contribui, mais dificulta, é a questão da baixa qualificação da mão de obra, que é um fator super importante. A baixa qualidade do ensino que a gente tem no Brasil, no básico, fundamental, e médio. Só esse item representa 8% do custo Brasil, R\$ 158 bilhões por ano são o quanto as empresas têm que investir nos seus profissionais. E a falta de um ensino técnico também. Na Inglaterra, Alemanha, a penetração (do ensino técnico) chega a 45%, 50%. No Brasil, mal chega a 11%. Essa é uma oportunidade enorme de poder avançar. Outro capítulo é crescer em ordem de 3,5%, 4% o **PIB** (Produto Interno Bruto). Atualmente, o desemprego está em 9%, que é quase pleno emprego. Mas temos 40% da economia na informalidade. Reinsere essa força de trabalho enorme por capacitação, então é um olhar no ensino brasileiro como um todo. É de fundamental importância.

Na infraestrutura, são dois aspectos. Um de acesso à banda larga. Isso a gente conseguiu avançar nos últimos quatro anos. Saiu de 14%, 15%, para quase 20%. Agora, com o 5G, isso pode continuar crescendo. Esse fator é fundamental para provocar a transformação digital do setor produtivo, não só do governo. No custo logístico, o Brasil andou de lado. Muito se fez na contratação de novos projetos, mas isso leva tempo para efetivar. Temos aprovado recentemente [em 2022] o Plano Nacional de Logística que, se conseguir tirar do papel suas métricas, trará maior participação do setor ferroviário, marítimo, e hidrovias.

Há abertura do atual governo, com a mudança de

gestão, para tratar dos temas que vocês levantam?

Vimos conversando com o governo, e ele abriu todas as portas. Entende a importância de atacar o custo Brasil. A prova disso é que, no evento, vamos comunicar em conjunto esse novo número do custo Brasil junto com o Mdic.

O que representa esse aumento no número do custo Brasil, originalmente de R\$ 1,5 trilhão e agora de R\$ 1,7 trilhão?

A gente não gosta de falar que aumentou nem que reduziu. Grande parte desse número vem da questão monetária. Quando se olha os indicadores por dentro, alguns melhoraram - como o caso da banda larga - a grande maioria andou de lado, e alguns tiveram uma leve piora. Não dá para falar que nada foi feito. E temos também que ajustar as nossas expectativas. Esses fatores não vão ser resolvidos da noite para o dia. Eles têm um tempo de implementação até conseguir os benefícios, de quatro, cinco, dez anos. É o caso da própria reforma trabalhista.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5094893-novo-valor-do-custo-brasil-apresentado-hoje-e-de-rs-17-trilhao.html>

Zona Franca mantida - Curtas

O secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, reafirmou que as mudanças nas leis fiscais vão preservar o modelo da Zona Franca de Manaus, uma das maiores renúncias tributárias do governo federal. "O governo pretende rever desonerações fiscais, mas a Zona Franca será preservada. Ela é muito importante para o Estado do Amazonas", disse Appy. Ele informou que o governo está discutindo "uma transição muito lenta para um novo modelo de desenvolvimento da região", que explore melhor as alocações regionais. A renúncia para a Zona Franca chega a quase R\$ 40 bilhões para 2024, segundo dados da **Receita Federal**.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/17/f598c295-curtas.shtml>

Receita define plano para divulgar dados sobre renúncia fiscal

Por **Guilherme Pimenta - De Brasília**

A **Receita Federal** deu início ao plano do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de "abrir a caixa-preta das renúncias fiscais" no Brasil. De acordo com uma portaria do órgão, até o fim deste mês, o fisco divulgará em seu site informações atualizadas relativas a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária de empresas.

Terão suas informações divulgadas empresas beneficiárias de uma série de programas e regimes tributários diferenciados oferecidos pelo governo federal, que vão desde benefícios fiscais do horário eleitoral até vantagens obtidas por entidades sem fins lucrativos de diversas áreas, incluindo entidades religiosas e beneficiários do regime da Zona Franca de Manaus.

De acordo com o texto, publicado na última semana, as informações serão atualizadas semestralmente. Inicialmente, os dados que serão divulgados pela **Receita Federal** serão relativos ao ano-calendário 2021.

Informações são oportunas num momento de discussão profunda de uma **reforma tributária**

- Matheus Bueno

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 enviado ao Congresso em abril estima em R\$ 486,150 bilhões os chamados gastos tributários, que são descontos ou isenções de **impostos** concedidos a setores específicos. O valor é 6,6% maior, em termos nominais, do que o estimado para este ano.

Eles estão na mira da Fazenda, que tenta recompor sua base tributária, principalmente para dar sustentação ao arcabouço fiscal. A meta do ministro é cortar um quarto dos privilégios - R\$ 150 bilhões -, chamados por ele de "jabutis tributários".

As renúncias de arrecadação com o Simples, considerado o maior gasto tributário, estão estimadas em R\$ 102,378 bilhões. O programa das micro e pequenas empresas não está no rol dos que podem ser revistos pelo atual governo e os beneficiários não terão suas informações divulgadas pela Receita, de acordo com a portaria.

A Receita dividiu a divulgação dos dados em cinco categorias: benefícios declarados na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) do contribuinte, empresas imunes e isentas de recolher **tributos**, incentivos relacionados a PIS/Cofins vinculados à Importação, benefícios relacionados a Imposto de Importação e IPI e Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação.

A portaria estabelece que os dados serão divulgados "em formato que melhor atenda ao interesse público, no portal institucional da RFB e no portal de dados abertos do Governo Federal". Elas serão apuradas por três áreas da **Receita Federal**: Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), Coordenação-Geral de Administração **Aduaneira** (Coana) e Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros e Benefícios Fiscais (Cocad).

Caso a empresa identifique que seus dados foram divulgados com erros, poderão solicitar correção por meio do canal de ouvidoria do governo federal.

Para o advogado Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers, a divulgação dessas informações é "oportuna num momento de discussão profunda de uma **reforma tributária**, que inevitavelmente passa por uma **revisão de prioridades**".

"Embora uma análise caso a caso possa indicar eventuais conflitos para os contribuintes, no fim do dia não se nega que tratamentos excepcionais a setores, regiões ou contribuintes individuais, às custas de arrecadação, merecem um nível maior de escrutínio, em prol inclusive da concorrência leal do mercado", considerou o advogado.

Na avaliação de Lina Santin, pesquisadora do NEF/FGV e sócia de Salusse Marangoni Parente Jabur Advogados, a medida que busca "abrir a caixa-preta" das renúncias fiscais "é muito positiva para a transparência do nosso sistema e para fortalecimento da democracia brasileira".

"É através do acesso a estes dados que poderemos discutir a eficácia de diversos benefícios fiscais, bem como a pertinência de mantê-los, face a necessidade de arrecadação", considerou a advogada.

Ela também falou que a divulgação dessas informações não pode ser confundida com abrir dados cobertos por sigilo fiscal. "A proteção ao sigilo inclui apenas dados sensíveis do contribuinte, sensíveis à privacidade do contribuinte e que de fato constituam segredo do negócio, como a fórmula do refrigerante, mas nunca sobre dados arrecadatórios e menos ainda sobre os benefícios fiscais que faz uso, que acarretam renúncia fiscal", explicou Lina.

"A concepção de sigilo modificou-se e também se tornou um trunfo nas mãos das empresas privadas: a herança do segredo se transformou em estratégia de mercado e o sigilo (inclusive o fiscal) começou então a fazer parte do 'segredo do negócio', sem considerar a extrema relevância e peso da variável fiscal na livre concorrência", considerou.

Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" no fim de abril, Haddad disse que "nós não temos, na Fazenda, tabu em abrir contas do orçamento fiscal nebuloso". "Queremos abrir. A caixa-preta do gasto fiscal é a maior da história", anunciou na ocasião.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Receita define plano para divulgar dados sobre renúncia fiscal

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/17/receita-define-plano-para-divulgar-dados-sobre-renuncia-fiscal.ghtml>

Alterações têm baixo impacto, dizem economistas

Por Estevão Taiar - De Brasília

O relatório do arcabouço fiscal deve elevar no ano que vem as despesas da União em um patamar maior do que o previsto anteriormente. Mas a tendência é que o texto, se aprovado como está, não traga no longo prazo grandes mudanças para as contas públicas em relação à primeira proposta do governo federal, segundo economistas ouvidos pelo Valor.

Divulgado ontem pelo relator, deputado federal Cláudio Cajado (PP-AL), o parecer sobre o novo arcabouço "avança em alguns pontos, mas no geral" as mudanças têm impacto neutro. A avaliação é de Tiago Sbardelotto, economista da XP Investimentos. Para ele, as alterações "tendem a ampliar as despesas no curto prazo e serem pouco efetivas em termos de garantir a sustentabilidade fiscal".

O BTG Pactual também considera que o texto "trouxe sinais mistos", mas ainda pode aumentar para aproximadamente R\$ 140 bilhões o déficit primário previsto para o governo federal em 2024.

[Regra é] limitante para um governo que diz que quer aumentar gastos"

- Clara Brenck

"O 'enforcement' (conjunto de sanções para o cumprimento de regra) foi fortalecido, com a obrigatoriedade do contingenciamento e a criação de gatilhos", escreve o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, em relatório.

Ele lista seis pontos que considera avanços em relação ao projeto apresentado inicialmente pelo governo federal. Entre outros, cita: "redução de exceções" ao limite de gastos (como piso de enfermagem e aumento de capital de estatais não dependentes); previsão de acionamento de gatilhos caso determinados parâmetros não sejam cumpridos; contingenciamento obrigatório; mudanças na métrica de receita líquida para o ano subsequente, como exclusão de dividendos, concessões, royalties, recursos não reclamados do Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e receitas de programas de renegociações de dívidas tributárias.

Mas Serrano também destaca pontos negativos: crescimento maior das despesas em 2024; "teto mais flexível", já que "os limites de pagamento e de movimentação financeira poderão ultrapassar o teto quando as estimativas de receita e despesa indicarem que não haverá comprometimento na obtenção da meta de primário"; demora de dois anos para que os gatilhos sejam acionados.

Ítalo Franca, economista do Santander, também diz que o relatório tem "avanços", mas não altera a trajetória prevista para a dívida pública nos próximos anos. Entre os avanços, ele menciona os 'enforcements'.

Isso [arcabouço fiscal] é fundamental para baixar os juros"

- Simone Tebet

"Mas a implantação tem alguns desafios", diz, citando entre os exemplos a necessidade de "aumento de receitas".

O economista calcula que as despesas do governo federal crescerão em termos reais 7,2% neste ano e 4% no ano que vem, o que representaria alguma "recomposição" de gastos "no curto prazo".

Para a dívida bruta do governo geral (DBGG), Franca calcula que o indicador continuará crescendo até o fim da década, quando atingiria aproximadamente 94% do Produto Interno Bruto (**PIB**), para depois "diminuir gradualmente". Em março deste ano, a DBGG estava em 73% do **PIB**, segundo o Banco Central (BC).

Já Clara Brenck, pesquisadora do Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades da Universidade de São Paulo (Made-USP), afirma que o relatório mostra uma regra "ainda limitante para um governo que diz que quer aumentar gastos". Ela destaca a manutenção do intervalo de 0,6% a 2,5% para o crescimento, já descontada a **inflação**, anual das despesas da União.

"São valores muito baixos para investir em educação, saúde, combate às mudanças climáticas", diz.

No Ministério da Fazenda a avaliação foi que o relatório ficou "dentro do esperado", segundo uma

fonte da pasta. Isso porque pedidos feitos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foram atendidos. Haddad participou na segunda-feira de reuniões com Cajado e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

"O Bolsa-Família e o salário mínimo foram preservados e, aparentemente, o PT [foi] controlado", diz a fonte.

A fonte também afirma que a "expectativa é de que as emendas" ao relatório "sejam reduzidas e que o mérito seja votado na quarta da semana que vem" pela Câmara dos Deputados.

Em aula virtual concedida para a Fundação Getúlio Vargas, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse na noite de ontem que o governo acredita "que no máximo em um mês o arcabouço fiscal" estará aprovado pelo Congresso.

"Isso é fundamental para baixar os juros, o que acreditamos que vai acontecer no segundo semestre", afirmou.

Ela classificou o arcabouço fiscal como uma "bala de bronze".

"Mas só temos uma bala de prata", disse, afirmando depois que estava se referindo à reforma tributária.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Alterações têm baixo impacto, dizem economistas

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/17/alteracoes-tem-baixo-impacto-dizem-economistas.ghtml>

Mudanças feitas por relator do arcabouço dividem economistas; entenda

Douglas Gavras

As mudanças feitas pelo relator do novo arcabouço fiscal, Cláudio Cajado (PP-BA), na proposta do governo dividem especialistas ouvidos pela Folha. Por um lado, comemora-se a inclusão de travas, mas parte dos analistas diz considerá-las frouxas demais.

O relator apresentou o parecer na segunda-feira (15). As principais mudanças feitas em relação ao primeiro texto foram a redução da lista de despesas que fogem da regra e a criação dos gatilhos -como a proibição de reajuste para servidores e a realização de concursos públicos.

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena, o saldo do projeto é positivo. Ele avalia que o relator aprimorou o texto original, sobretudo ao vincular o eventual rompimento da meta de resultado primário a uma série de medidas de ajuste já previstas no artigo 167-A da Constituição, ocasionando contenções de gastos obrigatórios.

"Também gostei da obrigação à explicitação de uma trajetória de dívida bruta para dez anos na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias], compatível com as metas de resultado primário fixadas. A parte mais frágil é a fixação de um crescimento máximo de 2,5% real para a despesa em 2024. É um ponto de saída alto."

O ex-secretário da Fazenda do estado de São Paulo também considera que o efeito de retirada de exceções ao limite de despesas não deve ser significativo. "Para o Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica], por exemplo, foi trocar seis por meia dúzia. Ele vai agora integrar o próprio teto e, assim, tais despesas estarão sujeitas a ele. Nada muda matematicamente."

Um dos pais do teto de gastos -que será substituído com a aprovação do novo arcabouço-, o professor do Insper e colunista da Folha Marcos Mendes avalia que o projeto original do governo era um modelo em que a conta só fechava se a carga tributária aumentasse consideravelmente.

"Pouco mudou nesse desenho com o substitutivo, a vinculação de saúde e educação não poderia ser tratada agora, o aumento de salário mínimo e suas consequências estão isentos e o aumento da folha

teria um instrumento para limitar isso com acionamento de gatilhos maior, em dois anos."

Mendes acrescenta que o texto permite ao Executivo não acionar o gatilho, ao argumentar que com um conjunto menor de restrições seria possível voltar à trajetória da meta. "Abre espaço para lero-lero", diz.

"O substitutivo dá alguns instrumentos de controle, para um governo que tem intenção de fazer ajuste fiscal, ao incluir pontos que estavam fora. Só que dá também muita margem para um governo que não queira fazer ajuste fiscal. No primeiro ano, os gatilhos são muito fracos, e o efeito é defasado."

Já o economista da Unicamp Pedro Paulo Zahluth Bastos avalia que as alterações do relator pioraram bastante o arcabouço, que já era muito restritivo. Segundo ele, o arcabouço já não tinha gordura e agora ficou muito difícil garantir o crescimento econômico.

"Ao reintroduzir a exigência de contingenciar despesas durante um ano, ele retira o aspecto anticíclico que o arcabouço tinha, a variação em torno da meta existia exatamente para o caso de um evento que produzisse queda forte da arrecadação."

Ele também considera que a mudança no pagamento do piso da enfermagem aperta o que estava deprimido. "As outras despesas vão ter de crescer muito abaixo de 70%. A estratégia do governo de mandar uma lei imaginando que ela seria piorada foi muito ruim. Já não tinha gordura e agora estão cortando na carne."

Em nota, a XP, por sua vez, avaliou que o projeto avança em determinados pontos, mas o saldo é neutro.

Apesar de manter o limite de despesas inicialmente proposto pelo governo, o substitutivo já determina que, para o ano de 2024, a correção dos limites se dará pelo máximo permitido pela regra (2,5%), independentemente da receita aferida pelo governo, diz o texto.

"Como mostramos em simulações, o primeiro ano era o que tinha maior chance de ter um crescimento menor em função da desaceleração da economia e da

base de comparação relativamente alta em 2022."

A nota pondera que o substitutivo avançou ao introduzir, de forma gradual, para o primeiro e segundo ano de descumprimento da meta, os mecanismos que incluem a vedação ao aumento de salários de servidores, realização de concursos e elevação de despesas acima da **inflação**. "No entanto, o salário mínimo, que indexa praticamente um terço do Orçamento, acabou ficando de fora."

O FMI (Fundo Monetário Internacional) apoiou o governo nos seus planos de um novo arcabouço fiscal, a política monetária do Banco Central e a ampliação da base tributária em nota divulgada nesta terça (16).

Técnicos do organismo internacional se reuniram na manhã desta terça com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para uma avaliação periódica que faz dos países-membros.

"Apoiamos fortemente o compromisso das autoridades em melhorar a posição fiscal brasileira. Reforçar o arcabouço fiscal, ampliar a base tributária e enfrentar a rigidez dos gastos apoiariam a sustentabilidade e a credibilidade e, ao mesmo tempo, proporcionariam flexibilidade, inclusive para atender novos gastos prioritários", disse, em nota, o FMI após o encontro.

No texto, o fundo também defende a política monetária do Banco Central, que foi atacado insistentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por manter os juros em 13,75% ao ano.

"A política monetária é consistente com a redução da **inflação** para a meta, em linha com o regime de metas para a **inflação** que tem servido bem ao Brasil", avaliou o FMI.

O organismo criticou, entretanto, a possibilidade de maior participação dos bancos públicos na economia. A situação "deve ser administrada com cuidado para mitigar os riscos para a sustentabilidade fiscal e a transmissão da política monetária", analisou.

Outro ponto destacado pelo FMI foi a **reforma tributária**. "A aprovação do projeto de **reforma tributária** das autoridades simplificaria consideravelmente o regime tributário e poderia aumentar o produto potencial", opinou.

Colaborou Lucas Marchesini, de Brasília

Caso as contas do governo apresentem resultado abaixo do limite inferior da meta, fica vedado:

As medidas valem por um ano. Se no ano seguinte a

meta for atingida, as sanções caem automaticamente.

O presidente da República pode propor ao Congresso a suspensão parcial ou maior gradação das vedações listadas acima, desde que demonstre que o impacto e a duração das medidas adotadas serão suficientes para a correção do desvio.

Medidas de ajuste não se aplicam aos reajustes do salário mínimo definidas em lei de valorização do piso.

No segundo ano seguido de descumprimento, passa a ficar vedado também:

O que o relator tirou da lista de exceções proposta pelo governo (ou seja, itens passam a consumir espaço no limite de gastos):

Como ficou a lista de exceções ao limite de gastos:

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/mudancas-feitas-por-relator-do-arcabouco-dividem-economistas-entenda.shtml>

FMI melhora projeção para PIB do Brasil e recomenda esforço fiscal mais ambicioso

Fernanda Strickland

O Fundo Monetário Internacional (FMI) publicou nesta terça-feira (16/5) a conclusão da visita de 2023 ao Brasil. No âmbito fiscal, o relatório afirmou que apoia o esforço das autoridades de melhorar a posição fiscal do país, mas recomenda um esforço "mais ambicioso" para além de 2026, último ano do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O Fundo também está mais otimista com o desempenho do Brasil neste ano e vê a economia doméstica ganhando tração a partir de 2024.

Segundo o relatório, o FMI espera que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro cresça 1,2% em 2023, melhor que a sua estimativa anterior, de alta de 0,9%. Em 2022, a expansão foi de 2,9%. "O crescimento da economia está moderando, mas espera-se que ganhe força a partir do próximo ano. As projeções indicam uma moderação do crescimento, de 2,9% em 2022 para 1,2% em 2023. Projetamos uma melhora do crescimento para 1,4% em 2024 e 2% no médio prazo", disse.

Para o FMI, a **inflação** deve convergir para a meta até meados de 2025. "Baixar a **inflação** é crucial para proteger as famílias vulneráveis, que são as mais prejudicadas pela **inflação** alta. A política monetária é consistente com a **redução** da **inflação** para a meta, em linha com o regime de metas para a **inflação**, que tem servido bem ao Brasil", observa o relatório.

"As perspectivas econômicas estão sujeitas a riscos de deterioração da conjuntura. No entanto, os fortes amortecedores, como a solidez do sistema financeiro, elevadas disponibilidades de caixa e um nível adequado de reservas internacionais, ajudam a resiliência da economia", pontuou. O Fundo afirma que apoia "fortemente" o compromisso das autoridades em melhorar a posição fiscal brasileira.

"Reconhecendo a necessidade de preservar a sustentabilidade da dívida, as autoridades almejam um superávit primário de 1% do **PIB** até 2026. O corpo técnico recomenda um esforço fiscal mais ambicioso que continue além de 2026 para posicionar a dívida numa trajetória firmemente descendente e, ao mesmo tempo, proteger os gastos sociais e de investimento, com o apoio de um arcabouço fiscal reforçado, uma maior ampliação da base tributária e reformas que

enfrentem a rigidez dos gastos. A aprovação do projeto de **reforma tributária** das autoridades simplificaria **consideravelmente** o regime tributário e poderia aumentar o produto potencial", disse o relatório.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5094960-fmi-melhora-projecao-para-pib-do-brasil-e-recomenda-esforco-fiscal-mais-ambicioso.html>

Haddad diz que há "muito voto" para aprovar arcabouço fiscal no Congresso

Por Guilherme Pimenta, Valor - Brasília

Por Guilherme Pimenta, Valor - Brasília

16/05/2023 20h24 Atualizado há 3 horas

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse que "tem muito voto" para aprovar o arcabouço fiscal no Congresso Nacional. Ele falou rapidamente com os jornalistas na saída da Fazenda.

Questionado sobre se o Partido dos Trabalhadores gostou do texto apresentado pelo relator, deputado Claudio Cajado, ele afirmou que "deve ter gente que sim".

Mais cedo, o ministro afirmou que é natural ter "de ceder em alguma coisa" em uma negociação com o Congresso Nacional, se referindo ao relatório do arcabouço fiscal apresentado pelo deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), que fez alterações no texto apresentado pelo governo federal em abril.

"Se você perguntar para o governo, o governo mandou um projeto de lei, mas sabe que há muitas forças no Congresso Nacional e é natural que o relator tenha de ouvir todo mundo para angariar o maior apoio possível", afirmou.

O titular da Fazenda também disse que está confiante em uma aprovação com ampla margem na próxima semana. "Inclusive partidos da oposição consideram esse projeto como de Estado, e não de governo", falou Haddad.

Simone Tebet vê "bala de bronze"

Ainda nesta terça-feira, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que o governo federal acredita "que no máximo em um mês o arcabouço fiscal" estará aprovado pelo Congresso Nacional.

Ela classificou o arcabouço fiscal como uma "bala de bronze". "Mas só temos uma bala de prata", afirmando depois que estava se referindo à reforma tributária.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/16/haddad-diz-que-h-muito-voto-para-aprovar-arcabouo-fiscal-no>

congresso.ghtml

Mudanças fiscais vão preservar modelo da Zona Franca de Manaus, garante Appy

Por Guilherme Pimenta, Valor - Brasília

Por Guilherme Pimenta, Valor - Brasília

16/05/2023 19h53 Atualizado há 10 minutos

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, reafirmou nesta noite que as mudanças nas leis fiscais vão preservar o modelo da Zona Franca de Manaus, uma das maiores renúncias tributárias do governo federal.

"O governo pretende rever desonerações fiscais, mas a Zona Franca [de Manaus] será preservada. Ela é muito importante para o Estado do Amazonas", disse Appy, que concedeu entrevista ao programa A Voz do Brasil.

Ele informou que o governo está discutindo "uma transição muito lenta para um novo modelo de desenvolvimento da região", que explore melhor as alocações regionais. "Mas uma transição que não vai gerar nenhuma turbulência e nenhuma insegurança para as empresas que já estão instaladas na Zona Franca", falou Appy.

A renúncia para a Zona Franca chega a quase R\$ 40 bilhões para 2024, segundo dados da **Receita Federal**.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/16/mudanas-fiscais-vo-preservar-modelo-da-zona-franca-de-manaus-garante-appy.ghtml>

Tebet: arcabouço será fundamental para processo de redução de juros

Brasília, 16

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse que o arcabouço fiscal é uma bala de bronze do governo e tem papel fundamental para a redução da taxa de juros, o que pode ocorrer já a partir do segundo semestre deste ano. Tebet participava de uma aula online da FGV-SP, mas não comentou especificamente o relatório divulgado pelo deputado Claudio Cajado (PP-BA) na noite de segunda-feira, 15. Ela estima que o Congresso pode aprovar a regra fiscal em um mês.

O projeto prevê duas regras. Nós vamos controlar os gastos públicos, não gastar mais do que arrecadamos. Segundo, ele tem o objetivo de diminuir e estabilizar a dívida em relação ao **PIB**. Isso é fundamental para conseguirmos baixar a taxa de juros, o que acreditamos que vai acontecer a partir do segundo semestre, afirmou a ministra.

Ela ainda destacou que o governo tem uma bala de prata, que é a aprovação da **reforma tributária**, mudança estrutural que, segundo a ministra, vai destravar a economia. Tebet também defendeu os processos participativos para o plano plurianual (PPA), que listará as prioridades para o orçamento público de 2024 a 2027.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/16/tebet-arcabouco-sera-fundamental-para-processo-de-reducao-de-juros.htm>

FMI diz que reforçar arcabouço fiscal e ampliar base tributária dará credibilidade ao governo

Lucas Marchesini

O FMI (Fundo Monetário Internacional) apoiou o governo nos seus planos de um novo arcabouço fiscal e de ampliar a base tributária em nota divulgada nesta terça (16).

Técnicos do organismo internacional se reuniram na manhã desta terça com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), para uma avaliação periódica que faz dos países-membros.

"Apoiamos fortemente o compromisso das autoridades em melhorar a posição fiscal brasileira. Reforçar o arcabouço fiscal, ampliar a base tributária e enfrentar a rigidez dos gastos apoiariam a sustentabilidade e a credibilidade e, ao mesmo tempo, proporcionariam flexibilidade, inclusive para atender novos gastos prioritários", disse, em nota, o FMI após o encontro.

O relatório do projeto que altera as regras fiscais brasileiras foi apresentado nesta terça pelo deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), relator do texto. A sua expectativa é aprovar a urgência do projeto nesta quarta (17) e o texto como um todo na próxima semana .

No texto, o fundo também defende a política monetária do Banco Central, que foi atacado insistentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por manter os juros em 13,75% ao ano.

"A política monetária é consistente com a redução da **inflação** para a meta, em linha com o regime de metas para a **inflação** que tem servido bem ao Brasil", avaliou o FMI.

"Baixar a **inflação** é crucial para proteger as famílias vulneráveis, que são as mais prejudicadas pela **inflação** alta", afirmou, em nota.

Para o FMI, a **inflação** diminuiu rapidamente em relação ao pico atingido no ano passado, mas seu núcleo continua alto e as expectativas passaram a subir gradativamente. "A **inflação** deve convergir para a meta até meados de 2025."

O organismo criticou, entretanto, a possibilidade de maior participação dos bancos públicos na economia. A situação "deve ser administrada com cuidado para mitigar os riscos para a sustentabilidade fiscal e a transmissão da política monetária", analisou.

Outro ponto destacado pelo FMI foi a **reforma tributária**. "A aprovação do projeto de **reforma tributária** das autoridades simplificaria consideravelmente o regime tributário e poderia aumentar o produto potencial", opinou.

Na sua avaliação, o fundo revisou para cima sua projeção de crescimento do **PIB** (Produto Interno Bruto) brasileiro para 2023, de 0,9% feita em abril para 1,2%. Em 2024, a nova previsão do FMI é de crescimento de 1,4%, ante estimativa anterior de 1,5%.

"O crescimento da economia está moderando, mas espera-se que ganhe força a partir do próximo ano. As projeções indicam uma moderação do crescimento, de 2,9% em 2022 para 1,2% em 2023. Projetamos uma melhora do crescimento para 1,4% em 2024 e 2% no médio prazo", avaliou.

Outro ponto destacado pelo FMI foi a "agenda ambiciosa para fomentar uma economia sustentável, inclusiva e verde".

"Apoiamos os planos das autoridades para reforçar a resiliência climática, interromper o desmatamento ilegal e descarbonizar a economia", concluiu o fundo.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/fmi-diz-que-reforçar-arcabouço-fiscal-e-ampliar-base-tributaria-dara-credibilidade-ao-governo.shtml>

Relatório do arcabouço tem avanços, mas não altera trajetória da dívida pública, diz economista do Santander

Por Estevão Taiar, Valor - São Paulo

Por Estevão Taiar, Valor - São Paulo

16/05/2023 17h18 Atualizado há 16 minutos

O relatório do arcabouço fiscal tem "avanços", mas não altera a trajetória prevista para a dívida pública nos próximos anos, segundo Ítalo Franca, economista do Santander. Entre os avanços, ele cita os "enforcements", que são o conjunto de sanções para o cumprimento de regra.

"Mas a implantação tem alguns desafios", diz, citando entre os exemplos a necessidade de "aumento de receitas".

O economista calcula que as despesas do governo federal crescerão em termos reais 7,2% neste ano e 4% no ano que vem, o que representaria alguma "recomposição" de gastos "no curto prazo". Ele manteve a projeção de déficits primários em torno de 1% do Produto Interno Bruto (**PIB**) tanto para 2023 quanto para 2024.

Para a dívida bruta do governo geral (DBGG), Franca calcula que o indicador continuará crescendo até o fim da década, quando atingiria aproximadamente 94% do **PIB**, para depois "diminuir gradualmente". Em março deste ano, a DBGG estava em 73% do **PIB**.

Uma "convergência" da DBGG para patamares mais baixos dependeria nos próximos anos de fatores como crescimento maior do **PIB**, realização da **reforma tributária** e preço mais alto do petróleo, segundo ele.

O relator do projeto na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), apresentou na noite dessa segunda-feira (15) seu parecer com mudanças na versão inicial, elaborada pelo governo.

A expectativa é que o requerimento de urgência do projeto seja apreciado nesta quarta-feira (17) e que o mérito seja analisado pelos deputados na próxima semana, também na quarta-feira (24). A urgência permite que o projeto seja debatido em plenário, sem a necessidade de passar por comissões temáticas. Se

aprovado, o texto será encaminhado ao Senado.

Site:

<https://valor.globo.com/politica/noticia/2023/05/16/relatorio-do-arcabouco-tem-avancos-mas-nao-altera-trajetoria-da-divida-publica-diz-economista-do-santander.ghtml>

Programa que vai cortar impostos de carros populares deve sair em maio, diz Alckmin

Brasília | Hellen Leite, do R7, em Brasília

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (PSB), afirmou nesta terça-feira (16) que o plano de incentivo ao setor automotivo, com menos **impostos** sobre carros populares, deve ser lançado até 25 de maio. Segundo Alckmin, ainda não há uma decisão sobre o desenho do programa, no entanto, o plano deve incluir carros de passeio e caminhões.

"Estamos fazendo um estudo. No dia 25 de maio é o Dia da Indústria e, se até lá, tivermos o modelo formatado, será apresentado", afirmou o vice-presidente após reunião com a bancada ruralista.

Ao comentar sobre o tema, em março, Alckmin anunciou que estava se reunindo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para discutir incentivos com o objetivo de que donos de carros muito velhos troquem os veículos.

Leia também: Setor automobilístico propõe liberação do FGTS para compra de carros

A medida é vista com bons olhos pela indústria, que tenta se recuperar da crise gerada pela pandemia. Segundo a Anfavea, apesar da melhora nos números em março, a produção acumulada no primeiro trimestre ainda está cerca de 50 mil unidades abaixo da observada nos níveis pré-pandemia.

Uma das propostas prevê o uso de um fundo de petroleiras para indenizar donos de veículos muito velhos. Inicialmente, o projeto é válido para a substituição de caminhões, implementos rodoviários, ônibus, micro-ônibus, vans e furgões com mais de 30 anos de fabricação. Mas o governo tem interesse em ampliar o programa para veículos de passeio.

Em outra frente, a Anfavea defende a liberação de parte do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a compra de veículos novos, nos mesmos moldes do que fez o Chile em 2022, que liberou o uso do fundo de previdência como parte de pagamento para a compra de veículos novos. Atualmente, o FGTS só é liberado para a compra de imóveis, tratamento de doenças graves ou demissão

sem justa causa.

Alckmin e os parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) participaram de um almoço, nesta terça-feira (16), em que o tema principal foram as pautas prioritárias da bancada nos próximos meses.

Além de assuntos dentro do escopo do transporte e infraestrutura das rodovias, o vice-presidente também ouviu sobre outros assuntos importantes para o agro, como a **reforma tributária**, a lei do marco temporal das terras indígenas (PL 490/2007), o pacote "anti-invasão de terras e a aprovação do projeto de lei dos pesticidas (PL 1459/2022).

No tema da regularização fundiária e reforma agrária, o grupo quer acelerar a tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado de quatro projetos de lei que têm o objetivo de barrar a ocupação de terras por movimentos sociais.

Confira os textos que são vistos como prioritários nesse tema:

PL 149/03: trata a invasão de terras como terrorismo;

PL 8262/17: prevê auxílio da força policial em ações de retomada de terras ocupadas;

PL 1198/23: eleva a pena para o crime de esbulho possessório (ato de invadir, com violência ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio); e

PL 895/23: aumenta sanções para pessoas que participam de movimentos de ocupação de terras.

Desses projetos, o que está com o debate mais avançado é o PL 149/2003, (que trata a invasão de terras como terrorismo) de autoria do deputado federal Alberto Fraga (PL-DF), que vai voltar a ser debatido no Parlamento 20 anos depois de ter sido apresentado.

Além de tipificar a invasão de terras como terrorismo, o texto propõe pena entre 2 e 30 anos de prisão a quem expuser a perigo pessoas, o patrimônio público ou o privado.

O projeto foi aprovado na Comissão de Segurança Pública da Câmara em 2021 na forma de um

substitutivo, elaborado pelo relator, deputado Guilherme Derrite (PP-SP), que aproveita pontos de outros 28 projetos sobre o mesmo assunto.

Para o MST, a ocupação de propriedades rurais é "legítima", e os projetos apresentados na Câmara tentam "perseguir e criminalizar a luta popular". Em janeiro, o grupo elaborou um documento com as diretrizes para 2023.

Entre os objetivos está o de enfrentar o modelo do agronegócio, que, segundo o MST, "concentra terras, destrói a natureza, promove o desmatamento e envenena as pessoas com agrotóxicos". "A função social da propriedade é constitucionalmente garantida e atende a critérios de produtividade, ambientais e trabalhistas", defende o movimento.

Já o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) afirma que acompanha o debate legislativo, mas evitou comentar as tentativas de criminalização dos movimentos. Desde que assumiu a pasta, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, tenta mediar os conflitos. No início de março, ele interveio em uma negociação entre o MST e a produtora de papel e celulose Suzano. Na ocasião, ele pediu aos militantes que desocupassem as fazendas.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/programa-que-vai-cortar-impostos-de-carros-populares-deve-sair-em-maio-diz-alckmin-16052023>

Reforma tributária: relator diz que proposta deve ser prioridade na Câmara após arcabouço fiscal

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

O relator da **reforma tributária** sobre o consumo, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou nesta terça-feira (16) que recebeu a indicação do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que a **reforma tributária** será prioridade na Casa após a análise do arcabouço fiscal

A nova regra para as contas públicas, cujo relatório foi divulgado no início dessa semana, deve ser votada na Câmara na próxima semana. Segundo Ribeiro, a alteração no sistema de **impostos** deve avançar na sequência.

A gente já tem feito essa discussão [sobre a reforma] no ambiente do grupo de trabalho. Para que possamos, de fato, não digo chegar a um consenso, mas a uma maioria que nos possibilite aprovar essa reforma. É o nosso desejo, e o desejo do presidente Arthur [Lira]. Aliás, ontem [segunda-feira], ele [Lira] já me admitiu à noite, quando terminou a reunião do arcabouço fiscal. Ele disse: 'Quarta que vem termina o arcabouço e começa a sua agora. Cuide de trabalhar', contou Ribeiro.

Em almoço com a Frente Parlamentar dos Serviços (FPS), Aguinaldo Ribeiro avaliou que esse é o momento de se aprovar a **reforma tributária**, que vem sendo discutida há mais de 35 anos no país.

É difícil aprovar uma reforma dessa em outro momento. Se não aprovar uma reforma como essa, vamos ter problemas estruturais no nosso país. Acho que essa é a pauta da hora, é uma pauta importante. Não vai acontecer do dia para a noite, é uma implantação que deve ser regrada e com consistência, para não ter ruído, e que nos dê segurança jurídica também, declarou o relator.

O setor de serviços tem dito pode ser prejudicado com a **reforma tributária**, por meio de um aumento da tributação. Estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) indica que a **reforma tributária** poderia gerar um aumento de 84% a 188% na tributação sobre o setor de serviços.

O relator Aguinaldo Ribeiro afirmou que um eventual impacto de aumento de **impostos** para o setor seria mitigado pela transição, que fixa um prazo de até seis anos para o futuro IVA entrar em vigor, progressivamente.

Questionado se os serviços poderiam ter uma alíquota diferenciada, estando entre as exceções à tributação geral de 25% do futuro IVA, Ribeiro declarou que ainda está ouvindo os setores da economia.

Relator se manifesta no relatório. Não vou antecipar posição. Vamos fazer uma reforma que traga a simplicidade, neutralidade e segurança jurídica, disse.

O presidente da Frente Parlamentar dos Serviços (FPS), deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE), disse que o relator da reforma se mostrou aberto ao diálogo.

O setor precisa ter segurança. Não pode se fazer uma reforma com muitas exceções, que é o que a gente tem no Brasil hoje. Primeiro, acho que o país como um todo precisa perder o medo e ter a coragem de reformar. Segundo, precisa-se de muito diálogo e precisa de voto na câmara (...) Acho que é uma matéria que está madura, declarou.

Reforma tributária

Discutida há décadas, a reforma dos **impostos** sobre o consumo é considerada prioritária pelo governo para aproximar as regras brasileiras do resto do mundo e reformar um sistema que é considerado caótico por empresários e investidores.

O tema voltará a ser debatido no Congresso Nacional, onde já tramitam duas propostas sobre o assunto: PEC 110, que iniciou a tramitação pelo Senado, e a PEC 45, que iniciou a tramitação pela Câmara dos Deputados.

Com a implementação do IVA no Brasil, os **tributos** passariam a ser não cumulativos. Isso significa que, ao longo da cadeia de produção, os **impostos** seriam

pagos uma só vez por todos os participantes do processo.

Atualmente, cada etapa da cadeia paga os **impostos** individualmente, e eles vão se acumulando até o consumidor final.

Outra mudança é que o tributo sobre o consumo (IVA) seria cobrado no destino , ou seja, no local onde os produtos são consumidos, e não mais onde eles são produzidos. Isso contribuiria para combater a chamada guerra fiscal , nome dado a disputa entre os estados para que empresas se instalem em seus territórios.

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/16/reforma-tributaria-relator-diz-que-proposta-deve-ser-prioridade-na-camara-apos-arcabouco-fiscal.ghtml>

Receita abre 'caixa-preta das renúncias fiscais' e divulga informações até fim do mês

Por **Guilherme Pimenta**, Valor - Brasília

Por Guilherme Pimenta, Valor - Brasília

16/05/2023 16h26 Atualizado há uma hora

A **Receita Federal** deu início ao plano do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de "abrir a caixa-preta das renúncias fiscais" no Brasil. De acordo com uma portaria do órgão, até o fim deste mês, o Fisco divulgará em seu site informações atualizadas relativas a incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária de empresas.

Terão suas informações divulgadas empresas beneficiárias de uma série de programas e regimes tributários diferenciados oferecidos pelo governo federal, que vão desde benefícios fiscais do horário eleitoral até vantagens obtidas por entidades sem fins lucrativos de diversas áreas, incluindo entidades religiosas e beneficiários do regime da Zona Franca de Manaus.

De acordo com o texto, publicado na última semana, as informações serão atualizadas semestralmente. Inicialmente, os dados que serão divulgados pela **Receita Federal** serão relativos ao ano-calendário 2021.

Em entrevista ao jornal "O Estado de S. Paulo" no fim de abril, o ministro disse que "nós não temos, na Fazenda, tabu em abrir contas do orçamento fiscal nebuloso". "Queremos abrir. A caixa preta do gasto fiscal é a maior da história", anunciou na ocasião.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 enviado ao Congresso em abril estima em R\$ 486,150 bilhões os chamados gastos tributários, que são descontos ou isenções de **impostos** concedidos a setores específicos. O valor é 6,6% maior, em termos nominais, do que o estimado para este ano.

Eles estão na mira da Fazenda, que tenta recompor sua base tributária, principalmente para dar sustentação ao arcabouço fiscal. A meta do ministro é cortar um quarto dos privilégios - R\$ 150 bilhões -, chamados por ele de "jabutis tributários".

As renúncias de arrecadação com o Simples, considerado o maior gasto tributário, estão estimadas em R\$ 102,378 bilhões. O programa das micro e pequenas empresas não está no rol dos que podem ser revistos pelo atual governo e os beneficiários não terão suas informações divulgadas pela Receita, de acordo com a portaria.

A Receita dividiu a divulgação dos dados em cinco categorias: benefícios declarados na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) do contribuinte, empresas imunes e isentas de recolher **tributos**, incentivos relacionados a PIS/Cofins vinculados à Importação, benefícios relacionados a Imposto de Importação e IPI e Benefícios Fiscais e Regimes Especiais de Tributação.

A portaria estabelece que os dados serão divulgados "em formato que melhor atenda ao interesse público, no portal institucional da RFB e no portal de dados abertos do Governo Federal". Elas serão apuradas por três áreas da **Receita Federal**: Coordenação-Geral de Fiscalização (Cofis), Coordenação-Geral de Administração **Aduaneira** (Coana) e Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros e Benefícios Fiscais (Cocad).

Caso a empresa identifique que seus dados foram divulgados com erros, poderão solicitar correção por meio do canal de ouvidoria do governo federal.

Para o advogado Matheus Bueno, sócio do Bueno Tax Lawyers, a divulgação dessas informações é "oportuna num momento de discussão profunda de uma **reforma tributária**, que inevitavelmente passa por uma revisão de prioridades".

"Embora uma análise caso a caso possa indicar eventuais conflitos para os contribuintes, no fim do dia não se nega que tratamentos excepcionais a setores, regiões ou contribuintes individuais, às custas de arrecadação, merecem um nível maior de escrutínio, em prol inclusive da concorrência leal do mercado", considerou o advogado.

Na avaliação de Lina Santin, pesquisadora do

NEF/FGV e sócia de Salusse Marangoni Parente Jabur Advogados, a medida que busca "abrir a caixa preta" das renúncias fiscais "é muito positiva para a transparência do nosso sistema e para fortalecimento da democracia brasileira".

"É através do acesso a estes dados que poderemos discutir a eficácia de diversos benefícios fiscais, bem como a pertinência de mantê-los, face a necessidade de arrecadação", considerou a advogada.

Ela também falou que a divulgação dessas informações não pode ser confundida com abrir dados cobertos por sigilo fiscal. "A proteção ao sigilo inclui apenas dados sensíveis do contribuinte, sensíveis à privacidade do contribuinte e que de fato constituam segredo do negócio, como por exemplo, a fórmula do refrigerante, mas nunca sobre dados arrecadatários e menos ainda sobre os benefícios fiscais que faz uso, que acarretam renúncia fiscal", explicou.

"A concepção de sigilo modificou-se e também se tornou um trunfo nas mãos das empresas privadas: a herança do segredo se transformou em estratégia de mercado e o sigilo (inclusive o fiscal) começou então a fazer parte do 'segredo do negócio', sem considerar a extrema relevância e peso da variável fiscal na livre concorrência", considerou.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/16/receita-abre-caixa-preta-das-renuncias-fiscais-e-divulga-informacoes-ate-fim-do-mes.shtml>

Governo prepara revisão de deduções e isenções do Imposto de Renda para reforçar arrecadação

Por Bernardo Caram e Marcela Ayres

BRASÍLIA (Reuters) - O Ministério da Fazenda prepara novas iniciativas para ampliar a arrecadação tributária, tendo entre as medidas em análise uma revisão das deduções e isenções do Imposto de Renda da Pessoa Física, disseram à Reuters três fontes com conhecimento do assunto.

Entre as ações, preparadas com o objetivo de tornar o novo arcabouço fiscal sustentável, também estão a taxação de lucros e dividendos distribuídos por empresas e a tributação de fundos de investimentos fechados, disseram as fontes. Procurado, o Ministério da Fazenda disse que não comentaria.

As deduções de gastos com saúde já foram alvo de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em dezembro do ano passado, um mês antes de assumir o cargo, ele afirmou que os mais pobres têm dificuldade de acessar tratamentos especializados, enquanto ele próprio conseguia realizar anualmente uma série de exames e fazer o abatimento das despesas no IR, o que classificou como uma contradição.

"Quem está pagando o tratamento que nós temos é o pobre que não tem direito nesse país, é o pobre que não tem especialista, é o pobre que não tem plano de saúde. É por isso que nós precisamos pensar em uma **reforma tributária** para ver se a gente consegue corrigir um pouco as injustiças", disse na ocasião.

Governos anteriores já cogitaram, na maioria das vezes sem sucesso, restringir deduções do Imposto de Renda. O mecanismo permite que os contribuintes usem a comprovação de certas despesas, como gastos médicos e educacionais, para reduzir a base de cálculo do tributo, o que tende a beneficiar principalmente pessoas de renda mais elevada.

Para 2024, o governo estimou na lei de diretrizes orçamentárias uma renúncia de 51,1 bilhões de reais com rendimentos isentos no imposto de renda da pessoa física, além de 31,3 bilhões de reais com deduções.

A gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro chegou a avaliar limitar os descontos de deduções médicas, mas a ideia não avançou. Outro ponto que entrou em estudo e não seguiu adiante foi a possibilidade de extinguir o desconto padrão de 20% para contribuintes que fazem a declaração simplificada do IR.

Em abril, o secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, afirmou que o governo estava trabalhando em medidas adicionais de receita para serem anunciadas no segundo semestre, apontando que "questões estratégicas" estavam envolvidas no timing dos novos anúncios, que se inseriam no norte do governo de não criar ou aumentar **impostos**, e sim mirar aqueles que não estão pagando, mas deveriam.

Segundo uma das fontes ouvidas pela Reuters, a pauta do Imposto de Renda é "complicada" e, por isso, ainda não foi publicamente tratada. O governo tem dito que se debruçará sobre uma reforma do IR após a apreciação de uma **reforma tributária** sobre o consumo, que está tramitando no Congresso.

Uma segunda autoridade, que confirmou as medidas em estudo, disse que as ações ainda não foram apresentadas pela Fazenda "para que venham de maneira mais estruturada na reforma do Imposto de Renda".

O texto, segundo as fontes, incluirá dispositivo para tributar a distribuição de lucros e dividendos por empresas a seus acionistas. Hoje, esses repasses são isentos.

O ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, também tentou aprovar a taxação de dividendos, mas a reforma do IR enviada ao Congresso pelo então chefe da área econômica acabou travando.

FUNDOS EXCLUSIVOS DE INVESTIMENTO

Em outra frente, o governo avalia passar a fazer cobrança periódica de Imposto de Renda, por meio do chamado come-cotas, de fundos exclusivos de investimento, que hoje pagam o tributo apenas no momento do resgate.

Procurado, o Ministério da Fazenda não se manifestou de imediato.

Depois de apresentar um arcabouço fiscal que busca estabilizar a dívida pública, mas garante um crescimento real permanente das despesas, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem afirmado que o governo buscará remover distorções tributárias para ampliar a arrecadação e tornar a regra fiscal sustentável.

Na busca de um incremento anual de receitas superior a 100 bilhões de reais, o governo já anunciou medidas como cortes de subvenções para custeio de empresas e tributação de investimentos no exterior, além de ter no gatilho a taxaço de apostas esportivas e instrumentos para coibir fraudes em sites internacionais de e-commerce.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Governo prepara revisão de deduções e isenções do Imposto de Renda para reforçar arrecadação

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/05/16/governo-prepara-revisao-de-deducoes-e-isencoes-do-imposto-de-renda-para-reforcar-arrecadacao.htm>

Arcabouço fiscal: acordo do governo com relator permitirá aprovação com ampla margem na Câmara, diz Haddad

Por Jessica Sant Ana e Ana Paula Castro, g1 e TV Globo - Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta terça-feira (16) estar confiante na aprovação do arcabouço fiscal com ampla margem no Congresso Nacional. Ele foi questionado por jornalistas ao deixar o prédio do ministério, em Brasília.

Eu acredito que sim, porque a conversa foi extensa e vi muita boa vontade, inclusive dos partidos da oposição que consideram esse projeto um projeto de Estado, não do governo A, B ou C, respondeu Haddad.

O deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA) protocolou nesta segunda-feira (15) o relatório sobre o projeto de lei do novo arcabouço fiscal, enviado pelo governo.

Haddad se reuniu ontem com Cajado, líderes partidários e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir o parecer do novo arcabouço fiscal e também para falar sobre o calendário de votação.

Questionado se o governo ficou satisfeito com o relatório apresentado pelo deputado Claudio Cajado, Haddad afirmou que o texto apresentado é fruto de um acordo e todo mundo teve que ceder em alguma coisa

Em acordo todo mundo sai do acordo tendo que ceder em alguma coisa né. É óbvio se você perguntar para o governo, o governo ele mandou um projeto de lei, mas sabe que [existem] outras forças do Congresso Nacional, que é natural que o relator tem que ouvir todo mundo pra angariar o maior apoio possível, e é um quórum qualificado, temos que ter 257 votos pra aprovar, disse Haddad.

Nós temos o desafio de aprovar esse arcabouço com uma larga margem de votação, para dar consistência ao regime fiscal do país, então esse é um acordo que a Câmara está fazendo para ampliar ao máximo o apoio ao arcabouço, ele ser uma lei com durabilidade, com resiliência para que os resultados sejam

alcançados. É no bojo de uma negociação que essas coisas acontecem, declarou.

O ministro afirmou também que a aprovação do novo arcabouço fiscal vai tirar o país de uma camisa de força, em referência ao teto de gastos, a regra fiscal em vigor, que limita o crescimento da maior parte das despesas da União à inflação.

Eu penso que a gente sai de uma camisa de força muito grande e coloca o país em outro patamar mais inteligente mais flexível e no futuro você tem os parâmetros. Próximo governo pode alterar os parâmetros, mas o desenho foi muito bem recebido.

O ministro foi questionado sobre se o governo concordou com trecho do relatório que estabeleceu que o programa social Bolsa Família não terá aumento acima da inflação se a meta de resultado das contas públicas for descumprida.

Se o governo mandar uma proposta de reajuste do Bolsa Família, muito difícil o Congresso recusar porque você está falando da camada mais pobre da população. Mas isso não vai ser necessário. Nós vamos conduzir a gestão fiscal da maneira mais responsável, mas atendendo aquela parcela da sociedade que efetivamente precisa mais proteção do Estado, respondeu.

Arcabouço

Cajado fez algumas alterações no texto, como incluiu gatilhos de contenção de gastos e reduziu as despesas que não ficarão sujeitas às novas regras.

A previsão é que a urgência do texto seja votada nesta quarta-feira pela Câmara dos Deputados, para que o projeto possa ser apreciado direto em plenário.

A votação do texto em si está prevista para a próxima semana.

O novo arcabouço fiscal é uma das prioridades máximas da área econômica do governo, junto com a reforma tributária.

Notícias Relacionadas:

G1 - NACIONAL

Arcabouço fiscal: acordo do governo com relator permitirá aprovação com ampla margem na Câmara, diz Haddad

Site:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/16/arcabouco-fiscal-acordo-do-governo-com-relator-permitira-aprovacao-com-ampla-margem-na-camara-diz-haddad.ghtml>

O que são gatilhos e quais as mudanças no texto do arcabouço fiscal

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), inseriu uma série de gatilhos no texto que foi entregue ao Congresso pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

A ideia é que esses gatilhos sejam mecanismos de contenção de despesas e passem a vigorar automaticamente em caso de descumprimento da meta para as contas públicas. As mudanças foram anunciadas na noite de segunda-feira (15), após reunião com líderes partidários da Câmara na residência oficial do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL).

Em conversa com jornalistas após o encontro, Cajado afirmou que foram previstas diversas sanções ao governo no caso de descumprimento da meta fiscal por um ano, incluindo proibição de criação de cargos que aumentem despesas, alteração de estrutura de carreira, criação de despesas obrigatórias, criação ou aumento de auxílios e concessão ou ampliação de benefício tributário, entre outras medidas.

Cajado explicou que o relatório ainda está sujeito a mudanças e disse que acatará sugestões.

Com a disponibilização do texto na íntegra, as bancadas poderão sugerir outras modificações. Cajado informou que ainda nesta semana deve ocorrer uma nova rodada de conversas com os partidos.

As despesas com a política de aumento do salário mínimo e os gastos com o programa Bolsa Família ficarão, entretanto, de fora dos contingenciamentos, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No caso de descumprimento por dois anos seguidos, as sanções aumentam, sendo acrescentadas outras medidas de contenção de gastos, como veto ao reajuste de salários de **servidores públicos**, à contratação de pessoal e à realização de concursos públicos. Caso as metas voltem a ser atingidas, os contingenciamentos deixam de vigorar.

Cajado informou que esses gatilhos serão obrigatórios. No entanto, foi previsto um dispositivo para que o presidente da República possa acionar o Congresso para que algumas sanções sejam suspensas, caso demonstre que as medidas em curso são suficientes para corrigir o rumo fiscal.

A votação da urgência do texto foi prevista para esta quarta-feira, visando acelerar a tramitação da proposta na Câmara. O mérito do projeto deve ser votado uma semana depois.

O texto do novo arcabouço fiscal foi entregue ao Congresso pelo governo há quase um mês.

A proposta estabelece regras e limites para as finanças públicas e visa substituir o teto de gastos de 2016, regra criada no governo de Michel **Temer** em 2016. O teto visava limitar, ao longo de **20 anos**, o crescimento dos gastos da União ao nível da **inflação** do ano anterior.

O projeto pretende dar alguma previsibilidade e estabilidade ao ambiente econômico, essencial para a tomada de decisão de agentes econômicos públicos e privados.

Essa previsibilidade é importante em várias dimensões, como, por exemplo, para a política monetária, o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), realização de políticas públicas e sustentabilidade da dívida, entre outros.

Essas regras impactam a política monetária conforme o patamar da **inflação**. Têm relevância para o **PIB**, na medida em que mais estabilidade nas contas públicas dá mais segurança para investimentos e expansão de negócios.

No caso das políticas públicas, com as finanças em ordem, tende a haver mais recursos disponíveis para investir em áreas importantes. Elas também são importantes para a sustentabilidade da dívida, gerando capacidade de o governo honrar seus compromissos financeiros de longo prazo.

A proposta do governo inclui zerar o déficit da União em 2024, gerar superávit primário de 0,5% do **PIB** em 2025, e saldo positivo de 1% em 2026. Para 2023, a meta anunciada pela equipe econômica é alcançar um déficit primário de 1% para o governo central.

Além disso, o pacote vai limitar o crescimento das despesas do governo a 70% do crescimento da receita primária (arrecadação do governo com **impostos** e transferências). Para isso, será considerado o **dado**

entre julho de um ano e junho do ano seguinte, para que se possa incluir as metas na proposta de orçamento.

A proposta também estabelece uma espécie de intervalo para a meta do resultado primário das contas públicas. O resultado primário é o saldo entre o que se arrecada e o que se gasta, sem contar o pagamento de juros da dívida.

Atualmente, existe um valor exato para a meta do resultado primário, definido todo ano. O governo propõe agora um intervalo de valores possíveis. Por exemplo, se a meta do resultado primário é de 1% de superávit em um determinado ano, a meta será considerada cumprida se ficar entre 0,75% e 1,25%.

A proposta também determina o que acontece se a meta é descumprida. Se o resultado ficar abaixo do limite mínimo, haverá uma limitação no ano seguinte: as despesas do governo podem crescer apenas 50% do crescimento da receita primária, e não os 70% previstos originalmente. Mas se o resultado ficar acima do limite máximo da meta, então o excedente que o governo arrecadou e não gastou poderá ser usado para investir.

A ideia é que os gastos tenham aumento real, acima da **inflação**, mas que essa alta seja mais lenta que o crescimento das receitas, visando conseguir redução gradual do déficit público e estabilizar a dívida pública.

A proposta prevê uma série de despesas fora dos limites de gastos que serão estabelecidos pela nova regra. Após a entrega do texto ao Congresso, Haddad disse a jornalistas que a regra vai trazer equilíbrio às contas públicas e destacou a necessidade de redução nas renúncias fiscais, afirmando ser algo fundamental para garantir uma economia mais sustentável.

É uma mudança de regra que, na minha opinião, vem para melhorar a gestão pública. Nós temos, além da regra em si, um conjunto de medidas para garantir o equilíbrio fiscal o ano que vem, e depois a **reforma tributária** que vem garantir a sustentabilidade de longo prazo da base fiscal do Estado brasileiro, afirmou.

Haddad lembrou que o governo tem R\$ 600 bilhões de renúncia fiscal no orçamento federal. Nós estamos querendo rever um quarto dessa renúncia para garantir a sustentabilidade fiscal do país, disse o ministro.

Cada renúncia fiscal indevida é uma pessoa a mais passando fome, é uma pessoa sem creche, é uma pessoa sem médico, é uma pessoa sem medicamento no posto de saúde. É isso que nós não queremos

continuar assistindo.

A única coisa que nós fizemos foi reproduzir no texto aquilo que já está Constituição e que não pode ser alterado por lei complementar e nem por lei ordinária. Então já esclarecemos isso, estão lá as excepcionalidades que constam do texto constitucional, explicou.

O governo deixou de fora do novo limite de gastos uma série de despesas, como as transferências aos fundos de saúde dos estados e municípios, repasses da União aos estados e municípios de receita patrimonial de venda de imóveis, créditos extraordinários, repasses de recursos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e precatórios relativos ao Fundeb.

Também estão de fora despesas com projetos socioambientais ou mudanças climáticas custeadas com recursos de doações ou de acordos judiciais ou extrajudiciais, encargos das universidades públicas e dos hospitais federais e das instituições federais de educação, ciência e tecnologia vinculadas ao Ministério da Educação; assim como despesas com eleições, capitalização de empresas estatais não financeiras e não dependentes e despesas relativas à cobrança pela gestão de recursos hídricos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

A maior parte das despesas será submetida a um mecanismo que estabelece que os gastos do governo só poderão aumentar numa proporção do aumento das receitas, numa tentativa de buscar o equilíbrio das contas públicas.

Uma das principais metas do arcabouço é zerar o atual déficit fiscal e transformá-lo em superávit até 2026. Projeções colhidas pelo Banco Central (BC) junto ao mercado indicam que o déficit primário esperado para 2023 está em -1,1% do **PIB**.

A proposta fiscal apresentada pelo governo prevê os seguintes resultados primários: -0,5 (2023), 0 (2024), 0,5% (2025) e 1% (2026). Define, ainda, crescimento anual de gastos dentro da banda de 0,6% a 2,5% nos próximos anos e limita o avanço das despesas em 70% das receitas.

O arcabouço, da forma como desenhado, estabiliza o gasto público do governo federal em torno de 19% do **PIB**.

Ao apresentar a proposta no início do mês, Haddad indicou que, com entre R\$ 110 bilhões e R\$ 150 bilhões, o déficit poderia ser zerado ano que vem. Na expectativa ministerial, a proposta do arcabouço foi

anunciada como flexível e crível .

Como objetivos, o governo listou equilibrar as contas públicas, reduzir o déficit e aumentar o superávit. O conjunto de regras permitiria manter a economia com responsabilidade fiscal e social, e favorecer redução da **inflação** e retomar investimentos. Segundo a Fazenda, a medida busca corrigir as deficiências das regras fiscais vigentes até agora e garantir a sustentabilidade financeira do país .

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/deutsche-welle/2023/05/16/o-que-sao-gatilhos-e-quais-as-mudancas-no-texto-do-arcabouco-fiscal.htm>

Arcabouço com sanções e exceção para mínimo e Bolsa Família será votado dia 24, diz Cajado

Por Ricardo Brito

Por Ricardo Brito

BRASÍLIA (Reuters) - O relator da proposta de novo arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), afirmou nesta terça-feira que a proposta prevê sanções administrativas ao presidente da República em caso de descumprimento da meta por parte do governo federal e que a política de valorização do salário mínimo e os recursos para o programa Bolsa Família estarão excepcionalizados da nova regra.

Em entrevista coletiva a jornalistas nesta manhã, após um dia intenso na véspera para fechar acordos sobre o texto, Cajado detalhou em uma apresentação uma série de vedações que o gestor público estará sujeito se não cumprir a meta.

No primeiro ano de descumprimento, citou o relator, o governo fica impedido de ampliar subsídios e subvenções, criar cargos públicos, majorar auxílios e vantagens, conceder e ampliar incentivos ou benefícios tributários. No segundo ano, adicionalmente, novas proibições ocorrem como a da realização de concurso público e contratação de pessoal, ressalvadas hipóteses de reposição de cargos vagos.

O deputado disse que, embora não esteja expresso na lei, o gestor que não cumprir as metas fiscais poderá responder por improbidade administrativa e até por crime de responsabilidade.

Cajado disse que o novo marco -- que prefere chamar de regime fiscal sustentável -- vai trazer equilíbrio às contas públicas e, juntamente com a eventual aprovação da **reforma tributária**, poderá levar à redução da taxa de juros no país.

"Todos os 'enforcements' vem com esse princípio, não se pode gastar mais do que arrecada", destacou ele.

VOTAÇÃO

O relator disse que o texto do arcabouço será votado

em sessão plenária da Câmara dos Deputados em 24 de maio. Na quarta desta semana, deverá ser votado o regime de urgência do projeto.

Cajado disse esperar uma votação expressiva tanto para a urgência quanto para o mérito do projeto.

"Acredito que todos tendo tomado conhecimento do texto e com várias rodadas de conversas, se puder fazer um pedido, que o texto receba o apoio que o presidente da Câmara teve na eleição", disse, numa referência aos 464 votos obtidos pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), teve na eleição que o reeleger para o comando da Câmara.

Cajado afirmou que fez um esforço nas conversas para chegar a um texto de equilíbrio. Ressaltou que, dentro desse pensamento, o avanço da proposta ficaria mais fácil caso haja um acordo para que não sejam propostos destaques ou emendas ao texto e que o governo se comprometa a não vetar o que for aprovado pelo Congresso.

Ao apresentar na Câmara seu relatório final e as mudanças realizadas no texto apresentado pelo Ministério da Fazenda, Cajado ainda disse que o arcabouço terá uma meta de déficit zero em 2024, o que exigirá uma arrecadação adicional de 120 bilhões de reais.

O relator disse que deu uma espécie de "habeas corpus preventivo" ao governo após ter recebido um documento confidencial do secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, com o detalhamento de medidas que o governo pretende adotar para aumentar a arrecadação.

Entre as medidas mencionadas pelo relator estavam a mudança no voto de minerva no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, processos judiciais referentes ao ICMS e a tributação de sites de apostas e de encomendas internacionais feitas na internet.

O relator fez a avaliação de que é "factível" o governo atingir essa arrecadação, ao mesmo tempo que reconheceu que isso exigirá um esforço do governo

federal.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/05/16/txto-do-arcabouco-fiscal-sera-votado-na-camara-em-24-de-maio-diz-cajado.htm>

Que imposto é esse (Vinicius Branco)

Eduardo Cucolo

Perfil do blogueiro

Eduardo Cucolo é repórter de Mercado. Foi secretário de Redação na Sucursal da Folha em Brasília, além de responsável pela cobertura de Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, Receita Federal e Banco Central na capital federal.

Link externo, abre o Twitter do blog

A esperança na realidade é o pior dos males, porque prolonga o sofrimento do homem, dizia Nietzsche. Esse adágio vem logo à mente quando se nota o evidente cansaço estampado na face do ministro Haddad, revelando indisfarçável desânimo com o atual cenário econômico e suas perspectivas.

A exaustão do ministro tem sido creditada à intransigência da autoridade monetária em relação à pretendida flexibilização da política de juros praticada no país. Há, no entanto, razões de sobra para inferir que além desse, há outros motivos para a insônia ministerial.

Coincidência ou não, no mesmo dia em que Fernando Haddad protestou contra a decisão do Copom, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária** reconheceu publicamente não ser possível implementá-la sem dispensar tratamento diferenciado a alguns setores da economia, citando exemplificativamente a saúde e a educação.

Esse fato certamente aumentou -ou deveria aumentar- a preocupação do ministro com o sucesso da estratégia adotada para pôr fim à alta de juros e o retorno do país à normalidade, na medida em que a **reforma tributária** é tida como um dos principais alicerces em que se sustenta o arcabouço fiscal tido como salvador.

A realidade é mesmo cruel, como apontou Nietzsche.

A evidente utopia de um arranjo indolor, que chegou a ser chamado de "ganha-ganha" por seu idealizador, foi finalmente reconhecida, revelando a fragilidade do projeto original e as enormes dificuldades para sua implementação.

Não é difícil antever que além da disputa pelo protagonismo da iniciativa parlamentar entre Câmara e Senado, e do complexo problema de repartição de receitas entre União, Estados e municípios, o governo terá que lidar também com os fortíssimos grupos de pressão que se articulam com desenvoltura em todas as frentes para exigir concessões e privilégios, a exemplo do que já vem sendo feito pela bancada do agronegócio, dos defensores da Zona Franca de Manaus, das superintendências regionais, do setor de serviços, da indústria bélica, e tantos outros que clamam pelo seu quinhão primeiro.

Navegar nessas águas não é para qualquer um, sobretudo quando se é refém de grupos de interesse no Parlamento.

Nessa ordem de ideias, é mais do que justificado o receio de que a partir do momento em que a primeira exceção for aberta, outras certamente virão, até que nosso sistema tributário volte a ficar tão caótico como o atual, permeado por regimes especiais, alíquotas diferenciadas, isenções, exonerações, e outros improvisos concebidos para agradar este ou aquele setor.

Se interesses tão difusos não forem logo compatibilizados, o tão desejado arcabouço ficará inviabilizado, e com ele a esperança de encontrar um caminho para o desenvolvimento do país e para o bem-estar da população.

Para voltar a dormir bem, o ministro deve concentrar suas forças no que realmente interessa à Nação, investindo na simplificação do atual sistema. Simplificar não significa apenas reduzir o número de

tributos atualmente previstos, mas também evitar que interesses individuais se sobreponham ao interesse público, focando esforços na concepção de um modelo econômico alicerçado em base sólida e estável, que assegure um mínimo de previsibilidade aos investidores, e um máximo de segurança jurídica aos contribuintes.

Enfim, sem um sistema tributário eficiente e moderno, não haverá arcabouço fiscal capaz de mitigar as expectativas de **inflação**, com a consequente redução da taxa de juros.

O ministro corre contra o tempo, que é curto. Oxalá logre êxito em sua hercúlea tentativa de superar tantos obstáculos e desafios, evitando que se materialize o fatídico presságio de Nietzsche.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/que-imposto-esse/2023/05/nietzsche-e-a-reforma-tributaria.shtml>

Taxação de capital no exterior é 'prefácio' da reforma do IR

Por **Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta - De Brasília**

A proposta elaborada pelo Ministério da Fazenda que estabeleceu regras para a taxação de capital estrangeiro no exterior, incluindo investimentos em offshores e trustes, é considerada pela equipe econômica como o "prefácio da reforma do Imposto de Renda", a segunda etapa da **reforma tributária**, que será apresentada após a votação das mudanças nas regras da tributação sobre o consumo.

A avaliação é do advogado Daniel Lória, diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** da pasta. Em entrevista ao Valor, ele comentou que a medida, anunciada no fim de abril para compensar a renúncia de receitas provocada pela nova faixa de isenção do Imposto de Renda, é justa do ponto de vista tributário e também está alinhada às melhores práticas internacionais.

"Havia uma distorção enorme sobre aplicação financeira no Brasil em paraísos fiscais. Se eu mandava offshore, nunca pagava imposto no Brasil, então havia uma vantagem de mandar o dinheiro pra fora, que era o contrário do que a gente deveria querer", disse Lória, que é pesquisador e professor do Insper e foi escolhido pelo secretário Bernard Appy para implementar, do ponto de vista técnico, a promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) de "colocar o rico no imposto de renda".

A medida institui uma nova regra geral de tributação dos rendimentos oriundos do capital aplicado no exterior, por meio de uma tabela com alíquotas progressivas, que vão de 0% a 22,5% - para ganhos entre R\$ 6 mil e R\$ 50 mil, a alíquota será de 15%. Já ganhos acima de R\$ 50 mil serão tributados em 22,5%.

Do ponto de vista da arrecadação, as medidas têm potencial da ordem de R\$ 3,25 bilhões para este ano, próximo a R\$ 3,59 bilhões em 2024 e R\$ 6,75 bilhões em 2025.

Lória aposta que a tramitação desta medida deve ocorrer sem maiores problemas no Congresso, ao contrário de outras duas tentativas anteriores: em 2013, ainda no governo Dilma Rousseff, e em 2021, na gestão de Jair Bolsonaro (PL). Ambas as tentativas foram frustradas quando apreciadas pelo Parlamento.

O Brasil estava muito atrasado em relação ao restante do mundo"

- Daniel Lória

"Os textos anteriores eram grandes, tinham muitos artigos", afirmou. "Agora, é uma medida bastante focalizada, curta, simples, tem uma mensagem clara de que fizemos isso para financiar as faixas de isenção do IR. Isso está casado para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)", falou o diretor do Ministério da Fazenda. Até o momento, ainda não foi escolhido parlamentar para relatar o texto - 106 emendas foram apresentadas.

Dados da **Receita Federal** indicam que há mais de R\$ 1 trilhão (US\$ 200 bilhões) em ativos de pessoas físicas no exterior que não pagam imposto de renda com potencial de serem atingidos por esta medida.

"O governo reconhece que o mercado de investimento no exterior está crescendo, é alternativa para as pessoas, só estamos estabelecendo uma regra clara", falou o diretor da Fazenda. "O Brasil estava muito atrasado em relação ao resto do mundo. Se a gente olha para União Europeia, Reino Unido e alguns países da América Latina, todos têm regras desse tipo para coibir o diferimento tributário dos lucros das empresas offshores."

A medida do governo também possibilita para este ano que pessoas físicas e entidades controladas atualizarem o valor dos seus ativos no exterior considerando o valor de mercado dos referidos bens, tributando a diferença pelo IR à alíquota de 10%.

Para a tributarista Lina Santin, sócia de Salusse Marangoni Parente Jabur Advogados, "essa prerrogativa é interessante para o governo", pois antecipa caixa, e interessante para o contribuinte "em razão da alíquota favorecida".

Já o tributarista Ricardo Lacaz, do escritório Lacaz Martins, avaliou que poucos investidores pagarão antecipadamente seus **impostos** com a alíquota de 10%. A proposta elaborada pelo governo anterior estabelecia 6%, que ele considera mais adequada. Há também uma "zona cinzenta" sobre qual a norma contábil a ser aplicada nos investimentos no exterior,

disse.

De modo geral, Santin avalia que a MP onerou o investimento estrangeiro no exterior, mas "está em linha com a política fiscal do governo federal". "Agora fica mais oneroso investir fora, incentivando mudança de residência fiscal dos residentes no Brasil que investem no exterior, além de se tratar de matéria muito relevante para ser debatida via MP."

"É uma medida justa e necessária", comentou o ex-secretário da Receita Jorge Rachid. "Eu mandei um dinheiro lá para fora, era um dinheiro que estava legal aqui comigo, então é justo tributar lá fora, da mesma forma como seria tributado se estivesse aqui no Brasil."

Quando estava no comando da Receita, ele chegou a estudar a medida. No entanto, o ambiente político tumultuado pré-impeachment de Dilma Rousseff, e também durante o governo de Michel **Temer**, não permitiu sequer que a medida fosse encaminhada ao Congresso.

Apesar das críticas, Lacaz avaliou a proposta como "muito boa" por trazer neutralidade tributária e segurança jurídica. "Afasta interpretações tendenciosas pró-fisco e passa a dar clareza das regras." Outros acertos, na opinião do especialista, é que a proposta mantém o diferimento do ganho cambial e respeita o estoque.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Taxação de capital no exterior é "prefácio" da reforma do IR

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/16/taxacao-de-capital-no-externo-e-prefacio-da-reforma-do-ir.ghtml>

"Imposto de Renda é onde se pode perseguir equidade", diz diretor da Secretaria de Reforma Tributária

Por Cássia Almeida - Rio

Diretor da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**, o economista Rodrigo Orair, um dos maiores especialistas no tema, diz que a reforma do Imposto de Renda (IR), que deve ser enviada ao Congresso no segundo semestre, vai buscar igualar a forma de tratamento dos rendimentos, sejam eles do trabalho, do capital ou aqueles que estejam no exterior.

Ao contrário da reforma dos **tributos** sobre o consumo, que não tem como objetivo principal reduzir a desigualdade, o "Imposto de Renda, por excelência, vai perseguir objetivos distributivos", diz ele. Atualmente, a renda de salários é mais tributada do que a do capital.

Como vencer a resistência do setor de serviços à **reforma tributária**? Subir a alíquota para 25%, para igualar à média da carga tributária sobre o consumo hoje no Brasil, não é tarefa fácil.

O papel da secretaria é dar subsídios técnicos ao Congresso e ser realista. Não adianta abraçar uma proposta mais bem desenhada se é politicamente inviável. As próprias PECs (110, no Senado, e 45, na Câmara) têm válvulas de escape. Há alguns tratamentos favorecidos, especiais. E não se trata do setor de serviços em geral.

O prestador de serviço no MEI (microempreendedor individual) no meio da cadeia de produção tende a ganhar na reforma. Há créditos tributários para gastos com telecomunicações, de escritório. Hoje não se recupera esse crédito. Um setor que atua no meio de cadeia, que oferece insumo para outra empresa, vai recuperar crédito de outro prestador.

Mesmo na venda para o consumidor final, já se aponta alguns tratamentos especiais. O primeiro é o Simples, que fica como está e pode até melhorar. No caso de saúde e educação privadas, há a possibilidade de tratamentos favorecidos. Não é o setor de serviços em geral. Dar um incentivo generalizado para um setor inteiro não é uma boa solução.

Um dos princípios basilares da reforma é que a carga tributária não vai crescer. Se há um benefício para um tipo de serviço, a alíquota geral precisará ser mais alta. O tratamento diferenciado não precisa ser necessariamente por alíquota.

Poderia ser como?

Pode ser via cashback, que pode ser graduado de acordo com o consumidor, beneficiando o de baixa renda. Na saúde e educação, estamos calculando quanto custaria ser via alíquota ou por cashback. Vamos oferecer um cardápio aos parlamentares. Simulações mostram que o modelo de devolução na saúde e na educação pode ser limitado a R\$ 1 mil, ou R\$ 2 mil. A partir disso, não haveria devolução. Acaba sendo uma solução menos onerosa.

O grande problema da alíquota diferenciada é que não distingue pobre de rico. No futuro, essa fronteira entre serviços e bens de consumo fica cada vez mais opaca. As pessoas não compram carro, fazem uma assinatura de um carro. Manter a diferenciação de alíquota abre espaço para uma série de mazelas, cria margem para planejamento tributário, ação de lobbies buscando mais exceções, desvirtuando o sistema.

Mas a devolução do imposto não é muito usada nas experiências internacionais.

Não com esse alcance no Brasil. Mas nós temos uma potência de política pública, que é o Cadastro Único, com bons mecanismos de aferição. O Brasil tem um Fisco bastante informatizado. Vimos isso quando foi criado o Auxílio Emergencial (na pandemia, foram distribuídos R\$ 600 a cerca de 60 milhões de pessoas). A tecnologia está a nosso favor, a institucionalidade nós já temos.

A tributação não diferencia pobre e rico, mulher e homem, pretos e brancos. Isso acaba beneficiando o mais rico. A devolução é a possibilidade de relacionar o imposto com o beneficiário.

Como será a proposta da reforma nos **impostos** sobre a renda?

Não há posição oficial do Ministério (da Fazenda), só estudos. O Imposto de Renda é onde por excelência se pode perseguir objetivos distributivos, equidade, graduando conforme a capacidade contributiva. A reforma de Imposto de Renda vai buscar tornar mais equitativa a tributação das diferentes formas de renda, de capital, do trabalho, do capital no exterior.

Hoje são tributadas de forma diferente. A ideia é que paguem alíquotas parecidas. Há diferimento (postergação do pagamento do imposto), isenções, queremos tributar de maneira mais ampla, removendo iniquidades. A reforma de bens e serviços não vai aumentar a carga tributária, será neutra. A do Imposto de Renda, não há posição definida, mas pode ter ganhos arrecadatários.

Lucros e dividendos serão tributados na pessoa física?

Não tem posição oficial ainda sobre isso.

Ao estabelecer uma alíquota única, sem que os estados possam conceder benefícios para atrair empresas, não pode concentrar os investimentos nos locais onde o mercado consumidor é maior?

Num primeiro momento, essa política pode ter realocado as decisões de investimento, mas os competidores acabaram igualando o benefício, e os estados foram obrigados a dar mais benefício. Essa política de benefícios fiscais se tornou predatória e está erodindo a base de arrecadação de todo mundo.

Os governadores, para compensar os benefícios fiscais, aplicam alíquotas altas em energia, telecomunicações, combustíveis. O fundo de desenvolvimento regional (previsto na reforma) vai ter linhas mais claras, redirecionando mais recursos para regiões menos desenvolvidas. O objetivo é trocar uma coisa que não funciona por outra que vai atender regiões mais carentes, menos desenvolvidas. Essas políticas são ineficientes e pouco transparentes.

O imposto único é o mais adequado nessa era de economia digital e inteligência artificial? O IVA (Imposto sobre Valor Agregado) não está velho?

O que mais se avançou em termos de economia digital foi a tributação de bens e serviços por meio do IVA. Com o IVA, todos os bens e serviços tangíveis e intangíveis são tributados no destino, onde está o consumidor. Posso não saber onde está a empresa de streaming, mas sei onde está o consumidor. A empresa não precisa estar presente fisicamente, num processo simplificado, totalmente digital, pode-se coletar aqui no Brasil.

IVAs modernos de segunda geração já se adequaram.

Nova Zelândia, Canadá já fizeram isso. E aqui ficamos brigando se deve ser cobrado ICMS ou ISS, com streaming pagando menos que o distribuidor de TV a cabo.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/imposto-de-renda-e-onde-se-pode-perseguir-equidade-diz-diretor-da-secretaria-de-reforma-tributaria.ghtml>

Arcabouço fiscal: relator blindou Bolsa Família e mínimo a pedido do governo

Do UOL, em Brasília

O relator do novo arcabouço fiscal, deputado federal Claudio Cajado (PP-BA), apresentou hoje os detalhes do projeto aos líderes partidários. No texto, ele atendeu ao pedido do governo Lula e blindou o salário mínimo e o Bolsa Família das sanções em caso de descumprimento das regras fiscais.

O aumento real do salário mínimo e o pagamento do Bolsa Família estão garantidos, mesmo que o governo descumpra a meta fiscal.

A expectativa dos governistas é que a votação da urgência do texto seja votada na quarta (17) para acelerar a tramitação da proposta na Casa. O mérito do projeto deve ser votado até a quarta da semana que vem (24).

O relator atendeu ao pedido do centrão e da oposição para tentar reduzir a resistência e ampliar o apoio. A ausência de gatilhos foi um dos principais pontos criticados por essas bancadas.

Cajado se reuniu nesta noite com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e lideranças para detalhar os pontos da nova regra fiscal.

Mais cedo, em outra reunião com Haddad e Lira, Cajado já havia dito que incluiria sanções para o caso de não cumprimento das metas.

Em caso de descumprimento da meta, haverá sanções escalonadas em dois anos, segundo o texto.

No primeiro ano, o governo fica proibido de: criar cargos que implique em aumento de despesas; alterar a estrutura de carreira; criar auxílios; criar despesas obrigatórias; conceder benefício tributário.

No segundo ano de descumprimento, também ficam proibidos: reajustes de despesas com servidores; admissão ou contratação de pessoal e realização de concurso público, exceto para reposições de vacância.

O governo Lula (PT) tenta aprovar na Câmara o arcabouço fiscal, que é uma série de regras para o gasto federal. A proposta é considerada vital para o

crescimento da economia e a redução da taxa de juros.

Os partidos do centrão desejam sanções como contingenciamento e proibição de contratações de servidores em caso de descumprimento das regras.

Já o PT quer maior liberdade para gastos para ter recursos para investimentos e programas sociais - proposta vista como gatilho para **inflação** e alta dos juros por opositores. Haddad não havia colocado sanções inicialmente no projeto.

O PT deverá votar a favor da proposta mesmo sem Cajado atender seus pedidos. Isso porque tem de passar um sinal de harmonia num projeto considerado crucial por Lula ou vai ser difícil cobrar fidelidade de aliados.

O arcabouço se junta à **reforma tributária** como pilares do plano econômico do governo Lula. A intenção é aprovar o projeto com ao menos 308 votos, e assim sinalizar que também há apoio para a reforma passar na Câmara.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/05/15/arcabouco-fiscal-relator-blinda-salario-minimo-e-bolsa-familia.htm>

Tarcísio se diz favorável à reforma tributária, com alguns ajustes

BRASÍLIA (Reuters) - O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afirmou nesta segunda-feira ser favorável à **reforma tributária** e disse que irá trabalhar para que se torne uma realidade com alguns pontos de ajustes .

Nós somos a favor da **reforma tributária**, vamos trabalhar para que ela se torne realidade com alguns pontos de ajustes nessas propostas que hoje tramitam , disse o governador em seminário do Esfera Brasil.

E enquanto a reforma não sai, nós vamos fazer a nossa parte reduzindo alíquotas, revendo substituições tributárias, trocando crédito por investimento , acrescentou Tarcísio, que é aliado do ex-presidente Jair Bolsonaro e derrotou o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na disputa pelo governo de São Paulo na eleição do ano passado.

Em discussão há anos no Congresso Nacional, a **reforma tributária** pode dar um passo à frente nesta semana, quando um grupo de trabalho da Câmara dos Deputados encerra a fase de discussões sobre o assunto e passa à etapa de produção de um parecer.

Deputados do grupo de trabalho partem de duas Propostas de Emenda à Constituição (PEC) sobre a **reforma tributária** -- a 45 e a 110 -- já em tramitação no Congresso, para elaborar o texto a ser submetido ao plenário.

A PEC 45, que tramita na Câmara, prevê a criação de um único imposto sobre bens e serviços nos âmbitos federal, estadual e municipal. Já a PEC 110, do Senado, prevê uma tributação dual: um imposto sobre o valor agregado para a União e outro para os demais entes da Federação.

Apesar do Congresso, Executivo, governadores e prefeitos, além de representantes do setor econômico, defenderam a necessidade da **reforma tributária**, o tema esbarra em especificidades e demandas de cada uma das partes envolvidas.

De autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), a PEC 45 foi editada a partir de **reforma tributária** desenvolvida pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), think tank que discute o sistema tributário nacional e sugeriu um texto sob direção de Bernard Appy, atual secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do

Ministério da Fazenda.

A proposta, que propõe a substituição de cinco **tributos** (PIS, Cofins, ISS, ICMS e IPI) por um único imposto sobre bens e serviços, tramita na Câmara e está regimentalmente pronta para ser votada em plenário.

No Senado, a PEC 110 prevê a extinção de nove **tributos** -- IPI, IOF, PIS, Pasep, Cofins, CIDE-Combustíveis, Salário-Educação, ICMS, ISS. A matéria aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Só depois poderia seguir ao plenário.

(Reportagem de Maria Carolina Marcello; Edição de Pedro Fonseca)

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA

Tarcísio se diz favorável à **reforma tributária**, com alguns ajustes

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2023/05/15/tarcisio-se-diz-favoravel-a-reforma-tributaria-com-ajustes.htm>

Após reunião com Haddad, relator na Câmara diz que arcabouço terá sanções

Do UOL, em Brasília

Relator do arcabouço fiscal, o deputado federal Claudio Cajado (PP-BA) confirmou que o projeto vai incluir sanções para o caso de não cumprimento das metas. A declaração ganha simbolismo maior por ter sido dada após reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na manhã de hoje.

O que está acontecendo

O governo Lula (PT) tenta aprovar na Câmara o arcabouço fiscal, que é uma série de regras para o gasto federal. A proposta é considerada vital para o crescimento da economia e a redução da taxa de juros. A expectativa é começar a votação nesta semana.

Depois do encontro com Haddad, Cajado disse que fará ajustes no projeto e que trabalha para que o texto agrade a maioria dos partidos. Mas existe uma divergência entre as bancadas.

Os partidos do centrão desejam sanções como contingenciamento e proibição de contratações de servidores em caso de descumprimento das regras. Já o PT quer maior liberdade para gastos para ter recursos para investimentos e programas sociais - proposta vista como gatilho para **inflação** e alta dos juros por opositores. Haddad não havia colocado sanções inicialmente no projeto.

A declaração do relator ao final da reunião demonstra que ele optou pelo caminho defendido pelo centrão. O texto final será apresentado aos líderes dos partidos na Câmara às 19h.

O PT deverá votar a favor da proposta mesmo sem Cajado atender seus pedidos. Isso porque tem de passar um sinal de harmonia num projeto considerado crucial por Lula ou vai ser difícil cobrar fidelidade de aliados.

Preparando o terreno

Hoje, Haddad teve uma série de reuniões na tentativa de fazer o projeto avançar. Primeiro, ele se encontrou com o presidente Lula (PT) . O ministro saiu do Planalto direto para a residência oficial da Câmara, onde conversou com o presidente da Casa, Arthur

Lira, e Cajado.

Tamanho esforço ocorre porque a aprovação do arcabouço é considerada o primeiro passo do governo Lula para o crescimento da economia. Existe a expectativa de recepção positiva do mercado financeiro e empresariado, o que destravaria investimentos privados.

O arcabouço se junta à **reforma tributária** como pilares do plano do governo federal para o retorno do crescimento econômico. A intenção é aprovar o projeto com, pelo menos 308 votos, e assim sinalizar que também há apoio para a reforma passar na Câmara.

Site: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/05/15/apos-reuniao-com-haddad-relator-diz-que-arcabouco-tera-sancoes.htm>

Appy sobre reforma: Ideal seria uma alíquota, mas será preciso fazer concessão

Rafaela Gonçalves

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou nesta segunda-feira (15/5) que o ideal para a proposta, que tramita no Congresso, seria a implementação de uma única alíquota para bens e serviços, mas sabe que as negociações devem envolver concessões.

Um dos entraves da discussão é entre os setores de produção, que temem um aumento da carga tributária e defendem a adoção de alíquotas diferenciadas. O secretário alertou contra o tratamento tributário preferencial, uma vez que reduzir os **impostos** cobrados sobre certos bens e serviços levaria à necessidade de aplicar alíquota maior em outros segmentos.

O ideal seria uma alíquota só, para todos os bens e serviços, que elimina um monte de problema de classificação. Mas a gente sabe que na negociação política vai ser preciso fazer algumas concessões, disse, em entrevista à GloboNews.

Segundo Appy, a reforma deve manter a atual carga de **impostos** atual inalterada, dada a necessidade do governo de sustentar o nível corrente de receita. Um dos pressupostos da **reforma tributária** é manter a carga tributária. Ela não vai elevar de jeito nenhum a carga, mas neste momento a condição fiscal do país não nos permite reduzir a carga tributária, afirmou.

Diálogo

O secretário reconheceu que uma **reforma tributária** sem exceções a determinados setores não é viável politicamente, mas ponderou que "quanto mais tratamentos favorecidos forem dados para alguns setores, maior vai ter que ser a alíquota cobrada aos demais setores". E destacou que caberá ao Congresso definir quem receberá tratamento diferenciado e qual vai ser o tamanho desse benefício.

O nosso papel é conversar com o Congresso Nacional, mostrar os custos, benefícios e diferentes alternativas que podem ajudar politicamente a aprovação da **reforma tributária**, acrescentou o secretário que disse acreditar que a reforma deve ser aprovada até o fim do primeiro semestre legislativo deste ano, em meados de julho.

Sobre a resistência de estados e municípios à **reforma tributária**, em meio a temores de perdas de arrecadação, Appy disse acreditar que o período de transição do novo modelo de taxaço é longo, o que diluirá seu impacto nos governos regionais.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense. É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio, uma das inovações lançadas pelo WhatsApp.

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correio braziliense.com.br/economia/2023/05/5094528-appy-sobre-reforma-ideal-seria-uma-aliquota-mas-sera-preciso-fazer-concessao.html>

Perspectiva é aprovar reforma tributária na Câmara até meados de julho, diz Appy

São Paulo

O Planalto pretende aprovar a **reforma tributária** na Câmara dos Deputados até meados de julho, mas primeiro quer receber sinal verde do Congresso para o novo arcabouço fiscal. A afirmação é do secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

Primeiro obviamente vai votar sim o arcabouço. A minha perspectiva é que em umas duas semanas provavelmente já esteja votado, disse Appy, em entrevista à GloboNews, acrescentando que o parecer da **reforma tributária** deve vir depois disso.

E afirmou: A nossa perspectiva é ainda, sim, de aprovar na Câmara dos Deputados até o final desse primeiro semestre legislativo - ou seja, até meados de julho aprovar na Câmara dos Deputados a **reforma tributária**.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/15/perspectiva-e-aprovar-reforma-tributaria-na-camara-ate-meados-de-julho-diz-appy.htm>

Condição fiscal do País não permite reduzir carga tributária, diz Appy

Em São Paulo

A **reforma tributária** planejada pelo governo deve manter a atual carga de **impostos** atual inalterada, dada a necessidade do governo de sustentar o nível corrente de receita, afirmou o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Um dos pressupostos da **reforma tributária** é manter a carga tributária. Ela não vai elevar de jeito nenhum a carga, mas nesse momento a condição fiscal do País não nos permite reduzir a carga tributária, afirmou, em entrevista à GloboNews.

Ele acrescentou que o governo tenta encontrar um equilíbrio entre a qualidade técnica da **reforma tributária** e o apoio que ela receberá no Congresso.

O nosso ideal é que a **reforma tributária** seja a melhor do ponto de vista técnico, mas que seja viável politicamente, disse Appy.

Ele ressaltou que uma **reforma tributária** sem exceções a determinados setores não é viável politicamente, mas que caberá ao Congresso definir quem receberá tratamento diferenciado e qual vai ser o tamanho desse benefício.

O que é importante a gente é que quanto mais tratamentos favorecidos forem dados pra alguns setores, maior vai ter que ser a alíquota cobrada aos demais setores, afirmou Appy. O nosso papel é conversar com o Congresso Nacional, mostrar os custos, benefícios e diferentes alternativas que podem ajudar politicamente a aprovação da **reforma tributária**, acrescentou.

Notícias Relacionadas:

PORTAL TERRA
Condição fiscal do País não permite reduzir carga tributária, diz Appy

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/15/condicao-fiscal-do-pais-nao-permite-reduzir-carga-tributaria-diz-appy.htm>

Estados e Receita já estudam operação do IVA

Por Marta Watanabe - De São Paulo

Estudos para viabilizar do ponto de vista operacional o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e o cashback do novo imposto já estão sendo feitos em conjunto por Estados e governo federal, diz o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy.

O cashback, explica, está entre os temas estudados pelo "grupo operacional da **reforma tributária**". O grupo, segundo ele, iniciou os trabalhos na quinta, dia 11, com participação das coordenações de administração tributária das Fazendas estaduais, da **Receita Federal** e da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária**. Os municípios, diz Appy, serão convidados a integrar o grupo.

Segundo ele, além do cashback, o grupo estuda as questões técnicas operacionais para um novo IVA, incluindo documentos fiscais e obrigações acessórias. A informação foi dada na sexta (12), após participação do secretário em debate sobre **reforma tributária** promovido pelo escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe.

Para Appy, o cashback, que pode garantir a devolução de ao menos parte do IVA a partir da **reforma tributária**, é viável do ponto de vista tecnológico e, como o calendário esperado é que o novo imposto entre em vigor a partir de meados de 2025, há tempo hábil para preparar o novo sistema. Para ele, não há impedimento tecnológico para que essa devolução do imposto seja instantânea, diretamente no caixa, mas isso será avaliado. O secretário lembra que o mecanismo do cashback ainda não está definido e sua aplicação dependerá de decisão do Congresso.

Na quinta, em debate virtual sobre **reforma tributária** promovido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Appy disse que há possibilidade de que o cashback permita devolução de parte do imposto para toda a população, e não somente para os mais pobres. O presidente da Abras, João Galassi, afirmou que o cashback é "inviável". "É algo com que não concordamos, até pelo custo de implantação", disse, defendendo zerar os **impostos** sobre a cesta básica e aumentar o Imposto de Renda (IR) para mais ricos.

Appy defende que o cashback possa ser uma

alternativa para alcançar objetivos de políticas públicas, para devolver ao menos parte do imposto pago na compra de alimentos ou nos serviços de educação. Segundo ele, modelos de vários países estão sendo estudados juntamente com a equipe do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. O mecanismo servirá, defende, para melhorar o efeito distributivo da tributação sobre consumo.

O governo espera que a reforma seja aprovada com base na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 e na PEC 110/2019. As duas propostas estabelecem um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição aos atuais PIS, Cofins e IPI, federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal.

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Estados e Receita já estudam operação do IVA

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/15/estados-e-receita-ja-estudam-operacao-do-iva.ghml>

Governo pode elevar receitas com disputas bilionárias de PIS/Cofins

Por **Beatriz Olivon - De Brasília**

Disputas judiciais envolvendo o PIS e a Cofins podem se transformar em uma boa fonte de receita para União. Estão em jogo, no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF), R\$ 635,4 bilhões - distribuídos entre 11 teses. Esse valor representa mais da metade do risco previsto pelo governo para os casos tributários relevantes nos tribunais superiores, que é de R\$ 892,8 bilhões, de acordo com o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024.

Esse número referente aos casos de PIS e Cofins era ainda maior. Foi retirada dos riscos fiscais a discussão sobre créditos das contribuições sociais sobre insumos, analisada em 2018 pelo STJ. A União considera uma vitória o entendimento adotado pelo ministros da 1ª Seção, chancelado pelo Supremo, e riscou da conta R\$ 472,7 bilhões (REsp 1221170).

O volume de disputas é alto, segundo tributaristas, porque o PIS e a Cofins, desde sua criação, sempre foram usados pela União para elevar rapidamente a arrecadação, por meio de alterações na legislação. Não é preciso, explicam, esperar um ano para a entrada em vigor de eventual mudança (anterioridade anual), apenas 90 dias (noventena).

"Todas as grandes discussões tributárias vão ao redor do PIS e da Cofins", afirma a advogada Priscila Faricelli, sócia do Demarest Advogados, acrescentando que o momento é favorável à União. A percepção, diz, é de que há agora um peso político grande nos julgamentos. "Além disso, o Supremo está perto de mudanças na sua composição [com as saídas de Ricardo Lewandowski e de Rosa Weber, ambos por idade] e se observa, pelos últimos anos, que não há preocupação em manter o racional da jurisprudência."

O governo, de acordo com Gustavo Fossati, professor da FGV Direito Rio e pesquisador do Centro de Pesquisa em Direito e Economia (CPDE), vai tentar tirar dinheiro dessas discussões. Os sinais, diz, são de que a União não vai conseguir naturalmente com a economia obter todo o volume de receitas que precisa tendo em vista o arcabouço fiscal. "Por isso, deve pressionar muito nas discussões tributárias."

Para ele, o relatório sobre riscos fiscais confirma o que

já se sabia: "PIS e a Cofins são altamente problemáticos". Os números das disputas judiciais, acrescenta, reforçam a necessidade de extinguir esses **tributos** - seja criando a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) ou o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Leia mais: Veja tudo sobre a **reforma tributária** na página especial do Valor

A **reforma tributária**, afirma, pode aumentar a arrecadação, extinguindo os litígios. "Se a reforma trazer um nível significativo de simplificação e mais clareza e facilidade, as empresas vão entender melhor e pagar", diz.

Jorge Rachid, consultor tributário e ex-secretário da **Receita Federal**, também defende uma proposta de **reforma tributária** que revise esses **tributos**, assim como ICMS e ISS. É a ideia do "Simplifica Já" (PEC n 46, de 2022). "Não vamos resolver todos os problemas, mas 80% poderiam ser resolvidos", afirma.

Enquanto a reforma não é aprovada, o que se projeta, segundo Gustavo Fossati, é que, em razão das metas fiscais do governo federal, o contribuinte possa acabar perdendo a maior parte das teses tributárias que vierem a ser julgadas nos tribunais superiores.

Em abril de 2022, a União obteve importante vitória no STJ, no valor de R\$ 31 bilhões - que fazem parte dos R\$ 635,4 bilhões em jogo. Os ministros decidiram que as empresas tributadas pelo regime monofásico não têm direito a créditos de PIS e Cofins. Ainda tramita um pedido de recurso ao STF. Mas é possível que a questão não avance, já que ministros do Supremo já consideraram o tema infraconstitucional no passado - ou seja, a palavra final seria do STJ.

Apenas esse caso no STJ sobre PIS e Cofins está listado nos riscos fiscais. Os dez restantes estão no STF, alguns aguardando há décadas para serem julgados. E não há, por ora, previsão de data de julgamento para as discussões.

Um dos casos estava praticamente resolvido no Plenário Virtual, mas terá que ser reiniciado em razão de pedido de destaque, para levar a questão ao plenário físico. Trata da tributação por PIS e Cofins de créditos presumidos de ICMS decorrentes de

incentivos fiscais concedidos pelos Estados e pelo Distrito Federal. O impacto da tese é estimado em R\$ 16,5 bilhões. Em 2021, seis ministros (sendo dois aposentados) votaram a favor dos contribuintes e cinco contra (RE 835818).

Outros três casos começaram a ser julgados. Um deles trata da tributação do PIS e Cofins das instituições financeiras. O impacto da tese é estimado em R\$ 115,2 bilhões. Em 2022, o relator, ministro Ricardo Lewandowski, deu razão à tese das instituições financeiras de que têm direito a recolher as contribuições sobre uma base menor do que a pretendida pela União (RE 609.096 e RE 880.143)

Os outros processos que tiveram votos tratam de uma discussão típica do PIS e da Cofins: a inclusão de outros **tributos** nas suas bases de cálculo. Está suspenso desde 2021 o julgamento de processo sobre a possibilidade de retirada do ISS. Por enquanto, está empatado, com quatro votos em cada sentido. O valor da tese é estimado em R\$ 35,4 bilhões (RE 592.616).

No processo sobre a inclusão de crédito presumido de IPI na base de cálculo do PIS e da Cofins, há um voto. Por enquanto, o único voto foi do relator, ministro Luís Roberto Barroso. Ele se posicionou a favor do contribuinte. Esse caso não tem valor estimado pela União (RE 593.544).

"Porém, no momento em que estamos, esse julgamentos têm destino incerto", afirma Priscila Faricelli, do Demarest Advogados. Mesmo com três casos iniciados e um com maioria, acrescenta, a insegurança para o contribuinte é muito grande, em razão da pressão política.

Para o economista-chefe da Warren Rena, Felipe Salto, "em um cenário pessimista, em que o Judiciário decidisse, em boa parte desses litígios, numa mesma direção contrária à União, o que me parece pouco provável, pode-se antecipar que algum tipo de modulação ou distribuição desses fluxos no tempo seria endereçada".

Os valores estimados para os litígios envolvendo PIS e Cofins poderiam ser reduzidos, no caso de uma eventual fusão dos dois **tributos**, segundo Salto, que foi o primeiro diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI). "Nada garante, entretanto, que esses passivos contingentes vão desaparecer", afirma ele, acrescentando que redução dos valores vai depender das regras de transição de um sistema para outro, além de como os contribuintes reagirão às mudanças.

Professor da FGV EBAPE, Istvan Kasznar entende não há como estimar o percentual de recursos que

pode ser efetivamente recuperado pela União nessas disputas envolvendo o PIS e a Cofins. "Continuamos querendo criar 'revoltas da derrama' e o Estado fica todo engessado sem conseguir receber e a iniciativa privada sem conseguir pagar."

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
Governo pode elevar receitas com disputas bilionárias de PIS/Cofins

Site:

<https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2023/05/15/governo-pode-elevar-receitas-com-disputas-bilionarias-de-pis-cofins.ghtml>

Arcabouço fiscal: Haddad reforça presença nas negociações para destravar pauta-chave do governo

Por Victoria Abel, Geralda Doca e Sérgio Roxo - Brasília

Depois de passar a semana no Japão, para o encontro de ministros de Finanças do G7, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desembarcou ontem no Brasil com a missão de destravar a pauta econômica mais importante do governo Luiz Inácio Lula da Silva: o arcabouço fiscal.

Na semana passada, enquanto era dia no Brasil, Haddad acordava de madrugada no Japão para tratar da articulação política e falar com os secretários Gabriel Galípolo, Rogério Ceron e Marcos Pinto. De volta ao país, o ministro vai reforçar pessoalmente a articulação política no Congresso, e, segundo fontes do Planalto, está ciente de que terá de negociar.

Haddad vai se reunir hoje com o presidente Lula e, durante a semana, vai abrir a agenda para receber líderes dos partidos da base do governo e da oposição. Segundo interlocutores do Planalto, o ministro teria garantido ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que o Executivo vai seguir liberando emendas parlamentares.

Auxiliares do ministro consideram inevitáveis mudanças no texto e prometem que os próximos dias serão de foco total para se chegar a um consenso com a Câmara dos Deputados. Na noite de hoje, representantes do governo devem se reunir com Lira e o relator do texto, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), mas ainda não há confirmação se Haddad participará ou se enviará interlocutores. Aliados afirmam que a figura do ministro pode ser necessária caso impasses permaneçam.

Cajado disse ontem que pretende concluir o esboço do relatório hoje até meio-dia, para apresentar o texto na reunião à noite. O relator, que evita antecipar pontos do relatório para não travar as discussões, afirmou que primeiro vai conversar com os líderes para costurar um texto que seja consensual:

- Vamos buscar um acordo possível para ter os votos que garantam a aprovação.

O texto final deve ser disponibilizado na véspera da

votação em plenário, amanhã ou quarta-feira, a depender da decisão de Lira e dos líderes.

Parte dos entraves é causada por parlamentares da base governista, principalmente do PT. Deputados petistas cogitam apresentar emendas ao projeto do novo marco fiscal, na tentativa de garantir espaço para investimentos e aumentos do salário mínimo. A posição, porém, vai contra a orientação do Planalto, que não quer interferências de aliados no debate com o relator. O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu, afirmou que o esforço será por mudanças mínimas no texto:

- Trabalho para que não tenhamos mudanças. Acho que haverá, sim, mas serão mudanças que não tiram a capacidade do governo investir e ampliar programas

Após criticar o bate-cabeça na base aliada na última semana, Cajado ressaltou a necessidade de participação mais intensa do governo para que o projeto seja votado:

- Não sou governista, e nem o presidente da Câmara poderá sê-lo. Cabe ao líder do governo, José Guimarães, sua base e o governo se empenharem para dar apoio.

Segundo Cajado, o principal ponto a ser discutido é como garantir o cumprimento da meta. Punições, disse, não estão em debate:

- Não queremos falar em criminalização ou ajustes draconianos. Queremos trabalhar para ter regras que sejam perseguidas. O que fazer no caso de descumprimento para se perseguir a meta? Há várias sugestões e não queremos impor nada, queremos encontrar um consenso entre quem pensa de uma forma ou de outra.

No sábado, em visita ao interior de São Paulo, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, mostrou otimismo com as perspectivas para a aprovação do arcabouço fiscal:

- Estou otimista. Já começa segunda-feira a reunião com os líderes, o presidente da Câmara, para

fechamos o calendário de votação. Estou otimista, sim, que é possível e necessário aprovarmos o mais rápido possível a lei de responsabilidade social e fiscal.

Partidos da base aliada, PSD e MDB sinalizaram fidelidade ao governo na votação da proposta. Mas cobram maior participação na elaboração do texto final e não descartam apresentar destaques na votação, caso as sugestões não sejam consideradas.

- Somos governo, nos sentimos governo e queremos colaborar com o governo. Queremos participar enquanto governo - disse o líder do PSD, Antonio Brito (BA).

O partido sugeriu, por exemplo, a inclusão de um artigo que dê segurança de que não haverá aumento de **impostos**. A legenda comandada por Gilberto Kassab também quer a descrição de sanções para gestores públicos no caso de descumprimento das metas fiscais.

O MDB faz parte de um bloco partidário que inclui legendas como o Republicanos. O líder do MDB, Isnaldo Bulhões (AL), acredita que o partido de Marcos Pereira deixará as divergências de lado:

- Acho que o bloco partirá unido. Se tiver pontos de divergência, vamos discutir. O bloco é muito harmônico, mesmo o Republicanos.

Mas na oposição, apesar da disposição da Fazenda para dialogar, a ala mais à direita do PL, aliada de Jair Bolsonaro, não quer saber de conversas e dá como certos os votos do partido contra o arcabouço.

- O teto de gastos é bom. Podemos até avaliar melhorar o teto de gastos, mas não retroceder para um modelo de piso de gastos que não garante a sustentabilidade da dívida pública - disse o líder da oposição, deputado Carlos Jordy (PL-RJ).

Assim que o novo marco fiscal avançar para o plenário da Câmara, o que o governo espera que aconteça ainda esta semana, Haddad e seus auxiliares abrirão imediatamente o diálogo com líderes do Senado. As primeiras reuniões serão com o líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA), e o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

Uma vez aprovado o arcabouço fiscal também no Senado, a equipe econômica se dedicará às conversas sobre a **reforma tributária**.

O grupo de trabalho (GT) para o tema na Câmara deve adiar em uma semana a apresentação de seu relatório preliminar. A previsão é que o primeiro texto

seja levado aos deputados a partir de 23 de maio. A data anteriormente prevista era 16, mesmo dia do encerramento oficial do GT.

Na avaliação de técnicos da equipe econômica, o atraso foi positivo. O entendimento é que o alvo, agora, é o arcabouço fiscal. E o governo ganha tempo para fazer uma bateria de negociações em torno da **reforma tributária**.

O relatório do GT deve ser debatido em um seminário nos dias 23, 24 e 25 deste mês. A partir daí surgirá o texto final. Só então o relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), construirá o substitutivo que irá a votação na Câmara.

(Com g1)

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/arca-bouco-fiscal-haddad-reforca-presenca-nas-negociacoes-para-destravar-pauta-chave-do-governo.ghtml>

Pimenta: Vamos aprovar marco fiscal e reforma tributária

São Paulo

O ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta (PT), disse neste domingo, 14, que o governo terá sucesso em aprovar a proposta de novo arcabouço fiscal e de **reforma tributária**. Para Pimenta, a derrubada dos decretos do saneamento pelo Congresso no último dia 3 não representa incapacidade de articulação política do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu acredito que nós estamos trabalhando na direção de cada vez mais consolidar a necessidade de aprovação desses projetos, e a nossa articulação é capaz de construir com Pacheco Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, com Lira Arthur Lira, presidente da Câmara, com líderes de todos os partidos as condições políticas necessárias para aprovação desses projetos, disse.

Durante uma feira organizada pelo MST no Parque da Água Branca, em São Paulo, o ministro afirmou que o novo arcabouço fiscal e a **reforma tributária** são medidas necessárias para que o Brasil possa voltar a crescer e gerar empregos, além de retomar o respeito internacional. Para Pimenta, o País hoje sabe da necessidade de aprovação dessas medidas.

Indagado sobre os ruídos na comunicação do governo, Pimenta avaliou que a comunicação do Planalto tem melhorado e se tornado mais unificada. Para ele, é natural que tenha havido ruídos no início do mandato, especialmente devido à grande quantidade de ex-governadores que se tornaram ministros no governo Lula.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/14/pimenta-vamos-aprovar-marco-fiscal-e-reforma-tributaria.htm>

Fiesp apoia reforma sobre consumo, alíquota máxima de 25% e transição rápida para IBS

São Paulo, 12

O parlamentar ou setor da economia que se opuser à aprovação da **reforma tributária** terá de conviver com a consciência de que contribuiu para impedir o Brasil de fazer a transição de um país de renda média para um país mais rico. A afirmação foi feita ao Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado, pelo economista-chefe da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Igor Rocha.

Quem for contra a **reforma tributária** estará condenando o Brasil a ser um país de renda média. Isso tem de ficar bem claro, disse o economista em nome da Fiesp, entidade que professa apoio a uma reforma que pressupõe uma transição rápida para o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que une os principais **tributos** indiretos das três esferas de governo: PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

Transição rápida para o IBS para a Fiesp, de acordo com seu economista-chefe, seria um prazo de entre seis e dez anos. É o que o secretário extraordinário para a **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy tem defendido. E há, segundo Rocha, ambiente para isso.

A Fiesp defende ainda a cobrança do imposto nas vendas digitais e sugere a criação de um comitê gestor, integrado por representantes dos setores público e privado, para evitar aumentos da carga tributária. Neste sentido, a entidade sugere uma alíquota máxima de 25% para todos os segmentos da economia, sem distinção.

O economista diz também que é preciso deixar claro que a Fiesp está apoiando uma reforma para o País e não para a indústria, que apoia uma reforma que segue as práticas internacionais, de 170 países.

A ideia é a unificação dos cinco **impostos** por uma simplificação e, obviamente, uma aproximação das melhores práticas internacionais, que é um modelo de imposto sobre bens e serviços, que aqui está sendo posto como um Imposto sobre Bens e Serviços, mas que não é nada mais que um IVA, adotado em 170 países, sublinhou o economista.

A taxa de 25%, segundo Rocha, foi estabelecida sobre a premissa de que esta é a alíquota que garantiria a

neutralidade tributária da economia. Ou seja, não haveria mudança da carga e o Estado conseguiria operar como já faz hoje. Essa alíquota, segundo Rocha, varia de entre 24 e 26%, dependendo do estudo feito, mas a maioria dos estudos fixa uma taxa de 25%.

Entendemos que pode vir a ocorrer alíquotas diferenciadas embora saibamos que as melhores práticas, tal como a economia coloca, é que quanto mais uniforme for essa reforma, melhor será para a isonomia da economia e, conseqüentemente, para garantir a eficiência econômica, disse economista.

Ele acrescenta ter ciência de que na vida real, na parte de negociação e viabilização de alguns setores, poderá vir a ocorrer flexibilizações. Mas se assim for, pondera Rocha, uma eventual compensação desse diferencial não poderá vir de uma maior tributação do setor industrial.

Não queremos nenhum tipo de exceção, nenhum tratamento diferenciado. Mas entendemos que não devemos pagar mais se houver aqueles com tratamento diferenciado. Dentro da isonomia nós queremos estar dentro da isonomia, taxou o economista.

Para Igor Rocha, a **reforma tributária**, por sua capacidade de simplificar o sistema e de atrair investimentos, pode aumentar o Produto Interno Bruto (**PIB**) potencial do Brasil entre 12% e 20% num período de 10 a 15 anos. Para fazer esta afirmação, ele se baseia em cálculos dos pesquisadores Edson Domingues e Débora Freire, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Isso significa que o país ficará mais rico, a renda e o consumo das famílias vão crescer, assim como os investimentos, endossa Rocha.

Na hipótese mais conservadora, diz o economista, se a reforma já tivesse sido aprovada há 15 anos, ao invés de um **PIB** de R\$ 9,9 trilhões em 2022, teria sido de R\$ 11,1 trilhões, um acréscimo de R\$ 1,2 trilhão. Em termos de renda, se há 15 anos a reforma tivesse sido aprovada, cada brasileiro teria hoje R\$ 470 a mais de renda por mês.

Para a entidade, exceções deverão ser baseadas em

critérios objetivos e amparadas na experiência internacional, considerando sempre o teto de 25%. Quanto às empresas que hoje estão no regime do Simples Nacional, essas poderão optar por permanecer nesse sistema ou migrar para o IBS.

A indústria está apoiando firmemente esta causa porque ela é boa para o país e para todos os segmentos da economia nacional. Um novo Brasil, mais rico e mais competitivo irá emergir. Hoje, as empresas brasileiras desperdiçam tempo e recursos apenas para cuidar da burocracia tributária, considerando o preparo, a declaração e o pagamento dos **impostos**. Com a reforma, haverá uma redução drástica nesses custos, sobrando mais recursos para a produção e a inovação. O país dará um salto de qualidade, defende Rocha.

Outro ponto que a Fiesp faz questão de ressaltar é o de que o País não pode perder este momento para aprovar a reforma porque o debate nunca esteve tão maduro. Para Rocha, a **reforma tributária** atingiu agora o mesmo nível de amadurecimento que a reforma da Previdência atingiu pouquinho antes de ser aprovada.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/12/fiesp-apoia-reforma-sobre-consumo-aliquota-maxima-de-25-e-transicao-rapida-para-ibs.htm>

Coordenador pede mais prazo e relatório da reforma tributária deve ser entregue só em junho

Brasília

/
Camila Costa, do R7, em Brasília

O coordenador do Grupo de Trabalho da **Reforma Tributária** na Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), pedirá a prorrogação de 20 dias no prazo para fechar o texto.

Com isso, a entrega do relatório deve ficar para a primeira semana de junho, e o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) terá mais alguns dias para fechar o documento.

- Compartilhe esta notícia no Whatsapp
- Compartilhe esta notícia no Telegram

O pedido de adiamento para a entrega do texto ainda não está formalizado. O deputado deve se encontrar com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na próxima semana para fazer essa solicitação.

A ideia do grupo é aproveitar os dias a mais para fazer encontros com os governadores e com os prefeitos das capitais, além de um seminário com as bancadas estaduais na Câmara, a partir do dia 22 de maio. O primeiro encontro com governadores já está marcado e será em 19 de maio, no Rio de Janeiro, com os dirigentes das regiões Sul e Sudeste.

A previsão inicial do grupo era entregar o relatório em 16 de maio, quando terminariam as discussões sobre o tema. Um dos objetivos era trazer ao debate os principais projetos de **reforma tributária** em tramitação no Congresso Nacional. São duas propostas de emendas à Constituição (PECs), uma de autoria do Senado e a outra, da Câmara.

A proposta de **reforma tributária** do Senado sugere a extinção de nove **impostos** (IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, CSLL, ICMS e ISS) e estabelece que, no lugar deles, sejam criados um Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e um

Imposto Seletivo. Já o texto da Câmara pretende juntar cinco **tributos** (IPI, PIS, Cofins, ICMS e ISS) no Imposto sobre Bens e Serviços, além da criação do Imposto Seletivo.

Ao fim dos trabalhos, o grupo da Câmara deve sugerir a construção de um texto único a partir das PECs, para que o Congresso possa votar uma **reforma tributária** que seja consenso entre deputados e senadores. Nesse período, o colegiado vai realizar reuniões com integrantes do governo federal, economistas, órgãos e entidades da sociedade civil. Além disso, o grupo deve fazer audiências nos estados para colher sugestões.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/coordenador-pede-mais-prazo-e-relatorio-da-reforma-tributaria-deve-ser-entregue-so-em-junho-12052023>

Impostos: Estados e Receita já estudam operação do cashback; veja o andamento

Por *Marta Watanabe, Valor - São Paulo*

Estudos para viabilizar operacionalmente o cashback estão em andamento, em conjunto, por Estados e **Receita Federal**, disse o secretário extraordinário da **reforma tributária**, Bernard Appy. A informação foi dada nessa sexta-feira (12), em São Paulo, após debate promovido pelo escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe.

Para Appy, o cashback, que pode garantir a devolução de ao menos parte dos **tributos** pagos sobre consumo a partir da **reforma tributária**, é viável do ponto de vista tecnológico. Como o calendário esperado é que o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) só entre em vigor a partir de meados de 2025, segundo ele, há tempo hábil para preparar operacionalmente o novo sistema.

De acordo com o secretário, não há impedimento para que a devolução seja instantânea diretamente no caixa, mas isso será avaliado pelo grupo técnico. O secretário lembrou que o mecanismo do cashback ainda não está definido, e sua aplicação dependerá de decisão do Congresso.

O cashback, explicou o secretário, está entre os temas que estão sendo estudados pelo que está sendo chamado de "grupo operacional da **reforma tributária**". O grupo, segundo ele, iniciou os trabalhos na quinta (11) e tem por enquanto a participação das coordenações de administração tributária das Fazendas estaduais, da **Receita Federal** e da Secretaria Extraordinária de **Reforma Tributária**.

Os municípios, afirmou, serão convidados a integrar o grupo. Segundo ele, além do cashback, o grupo estuda as questões técnicas operacionais para um novo IVA, incluindo documentos fiscais e obrigações acessórias.

Na quinta-feira, em debate virtual sobre **reforma tributária** promovido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), Appy disse que há possibilidade de que o cashback permita devolução de parte do imposto para toda a população e não somente para os mais pobres. Já o presidente da Abras, João Galassi, afirmou que o cashback é "inviável".

"É algo com que não concordamos, até pelo custo de implantação", disse, defendendo zerar os **impostos** sobre a cesta básica e aumentar o Imposto de Renda (IR) para mais ricos.

Appy defende que o cashback seja uma alternativa para alcançar objetivos de políticas públicas, para devolver ao menos parte do imposto pago na compra de alimentos ou nos serviços de educação.

O governo espera que a **reforma tributária** seja aprovada com base na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019 e na PEC 110/2019. As duas propostas estabelecem um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição aos atuais PIS, Cofins e IPI, federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal.

O IVA deve ser não cumulativo e ser cobrado no destino. Uma das principais diferenças entre as duas propostas é que a PEC 45/2019 sugere um IVA único, enquanto a PEC 110/2019 propõe um modelo dual, com um IVA federal e outro subnacional, reunindo ICMS e ISS.

Se o caminho for o IVA dual, Appy considera, dentro de um calendário mais realista, que o IVA federal entre em vigor a partir de meados de 2025 e o IVA subnacional, em 2027.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/12/impostos-estados-e-receita-ja-estudam-operacao-do-cashback-veja-o-andamento.ghml>

Appy afirma cashbak na reforma tributária pode ser para toda população

Por Victoria Abel

O secretário extraordinário para Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que o mecanismo de cashback pode ser aplicada para toda a população.

Ele ainda ressaltou que, para ser aprovada no Congresso Nacional, a reforma precisará ter um mecanismo de redução do custo de aquisição de alimentos.

- O governo jamais disse que o cashback vai ser limitado ao público do cadastro único dos programas sociais. Ainda não está definido como vai ser. Mas estamos avaliando a possibilidade de, no limite, pegar toda a população brasileira, mas com um limite por família - disse o secretário em evento com a Associação Brasileira de Supermercados.

Appy afirma que a devolução de **impostos** para as famílias é melhor do que desoneração da cesta básica. Ele pontua que isenção de impostos nos alimentos, em valores absolutos, beneficia mais as famílias ricas, que compram mais. Enquanto a devolução de uma parte do imposto aumenta o poder de compra e, portanto, a demanda de famílias de baixa renda.

- O Brasil já tem a tecnologia para fazer o cashback. É possível, estamos considerando, que você tenha um sistema em que o cashback se dá direto na boca do caixa, você deduz o custo direto na boca do caixa. Então, você não precisaria cobrar e devolver o valor no cartão social dos mais pobres -afirmou.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/appy-afirma-cashbak-na-reforma-tributaria-pode-ser-para-toda-populacao.ghtml>

Receita Federal já estuda parte operacional para novo IVA, diz Appy

Por Marta Watanabe, Valor - São Paulo

Bernard Appy, secretário extraordinário para **reforma tributária** no Ministério da Fazenda, diz que ontem começaram os trabalhos de um grupo operacional da **Receita Federal** para definir a parte operacional, como questões de recolhimento e documentos fiscais necessários para o novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) que pode ser estabelecido a partir da **reforma tributária** sobre consumo.

As declarações foram dadas em debate relativo à **reforma tributária** sobre consumo promovido pelo escritório de advocacia Trench Rossi Watanabe.

O governo espera que a **reforma tributária** seja aprovada com base na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 45, de 2019, e na PEC 110/2019. As duas propostas estabelecem um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) em substituição aos atuais PIS, Cofins e IPI, federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal. O IVA deve ser não cumulativo e ser cobrado no destino. Uma das principais diferenças entre as duas propostas é que a PEC 45/2019 sugere um IVA único enquanto a PEC 110/2019 propõe um modelo dual, com um IVA federal e outro subnacional, reunindo ICMS e ISS.

Caso seja adotado o modelo dual, o IVA federal pode entrar em vigor em meados de 2025, com substituição imediata do PIS e da Cofins. O IVA subnacional entraria em vigor em 2027, com transição gradativa do ICMS e do ISS, dentro de um calendário considerado mais realista pelo secretário.

Appy voltou a defender o cashback como mecanismo que pode substituir alíquotas diferenciadas, como para alimentos. O cashback garantiria a devolução de pelo menos parte dos **tributos** sobre consumo pagos e não necessariamente pode ser voltado somente para os mais pobres. O modelo ainda está em aberto e está sendo discutido com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social. De qualquer forma, diz, terá efeito distributivo positivo.

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/12/receita-federal-j-estuda-parte-operacional-para-novo-iva-diz-appy.ghtml>

Tebet diz que reforma tributária é bala de prata para crescimento com inclusão social

Brasília

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, voltou a defender a **reforma tributária** como a bala de prata para o crescimento do Brasil com inclusão social. A afirmação foi feita durante evento para ouvir as demandas de Alagoas para o Plano Plurianual (PPA) nesta sexta-feira, 12.

Tebet vai rodar o País para colher sugestões regionais de políticas públicas que devem ser priorizadas nos orçamentos públicos de 2024 a 2027. O Planejamento precisa entregar o PPA ao Congresso até o dia 31 de agosto.

O PPA é o primeiro de muitos instrumentos que precisamos, mas estamos diante de uma **reforma tributária**, que para mim é a bala de prata, única salvação para o Brasil crescer com inclusão social, disse a ministra durante a Plenária Estadual do PPA Participativo 2024-2027 em Maceió.

Tebet frisou que a **reforma tributária**, além de garantir um fundo de compensação para os Estados, vai exigir um plano de desenvolvimento regional, fundamental para elencar as prioridades e potencialidades de cada Estado para a formatação de políticas públicas de médio e longo prazo.

A ministra também reiterou que os recursos públicos são limitados, e como o dinheiro é curto, a prioridade do governo será no desenvolvimento de políticas públicas para os mais pobres, a primeira infância, jovens e idosos.

Queremos crescer, nos desenvolver e acabar com a desigualdade social, mas através do emprego e qualidade de vida, disse Tebet, acrescentando que o objetivo desses encontros é incluir o máximo possível das sugestões apontadas para o PPA nas próximas leis de diretrizes orçamentárias.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/12/tebet-diz-que-reforma-tributaria-e-bala-de-prata-para-crescimento-com-inclusao-social.htm>

Lista de receitas para resultado primário pode somar R\$ 127 bi

Por Marta Watanabe - De São Paulo

Restrita, a lista de receitas em potencial com magnitude para garantir arrecadação adicional necessária para o cumprimento das metas de resultado primário propostas pelo governo na nova regra fiscal pode garantir receitas adicionais de até R\$ 127 bilhões até 2026, segundo estimativas de especialistas ouvidos pelo Valor. Economistas estimam que o governo federal precisa de arrecadação adicional entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões até 2026 para o cumprimento das metas.

A lista de receitas, porém, contém incertezas. Entre as principais fontes mencionadas, está a limitação às deduções de incentivos fiscais de ICMS na base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cujos efeitos despertam ceticismo e suscitam cálculos de impacto que vão de R\$ 20 bilhões a R\$ 70 bilhões anualizados, líquidos do repasse a Estados e municípios.

A regulamentação dos preços de transferência pode trazer outros cerca de R\$ 20 bilhões ao ano, segundo algumas projeções. Já um Refis amplo é apontado como "atalho" a ser evitado, mas estimativas mostram que poderia trazer de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões bruto no ano de implantação.

Na lista do economista Bráulio Borges, da LCA Consultores e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), são quatro itens que poderiam compor o "game change", com potencial para mudar o jogo a favor do governo. Eles somariam de forma líquida de transferências constitucionais total de R\$ 127 bilhões, valor próximo aos cerca de R\$ 150 bilhões em receitas adicionais que ele considera necessários entre 2023 e 2026 para o cumprimento de metas propostas pelo governo.

A lista, porém, ressalta, contém R\$ 70 bilhões em receitas para a União relativas à dedução das subvenções de ICMS nas bases de IR e CSLL. Mesmo depois de ter sido alvo de julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o tema suscita ceticismo em relação aos impactos calculados pelo governo.

Tema do incentivo de ICMS no IR e na CSLL pode render de R\$ 20 bi a R\$ 70 bi anuais

Tiago Sbardelotto, da XP, calcula efeito líquido máximo de R\$ 27 bilhões, excluindo os benefícios de lucro presumido, num cenário em que há 100% de subvenção de custeio e considerando alíquota efetiva de IR e CSLL de 34%. No cenário considerado base pela corretora, com subvenção de custeio de 75% e mesma carga de IR e CSLL, o potencial líquido de arrecadação é de R\$ 20 bilhões.

Sbardelotto considera que a arrecadação extra para o governo cumprir a regra fiscal está entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões.

Borges reconhece o ceticismo do mercado, mas mantém os R\$ 70 bilhões porque a equipe técnica do Ministério da Fazenda tem reiterado que os microdados do governo apontam os números divulgados. Ele destaca, porém, que não está muito claro se essa receita entraria neste ano ainda.

Outro assunto importante, aponta, são os preços de transferência, cuja regulamentação deve fechar uma brecha legal usada por multinacionais para enviar parte dos lucros obtidos no Brasil a locais com tributação favorecida. Nesse tema, o governo conseguiu aprovação no Senado, na última quarta, de MP sobre o assunto.

Borges lembra que a elisão fiscal nos lucros é campo vasto. Ele cita estudos nos quais o economista francês Gabriel Zucman aponta que houve no Brasil, em 2019, saída de US\$ 26,8 bilhões em lucros a paraísos fiscais corporativos. Convertido em reais, o valor é equivalente a 1,4% do PIB, diz. "É uma base na qual IR e CSLL não estão sendo recolhidos. A regulamentação de preços de transferência é uma tentativa de cercar um pouco isso."

Outra medida apontada por Borges é a reoneração de PIS e Cofins sobre diesel e gás liquefeito de petróleo (GLP). Ele avalia que a decisão de adiar a volta da tributação para 2024 foi política, mas com o ajustes das cotações de petróleo para baixo e o impacto disso nos preços dos dois combustíveis, há ambiente favorável para um debate de reversão da desoneração ainda neste ano.

"O timing agora é bom, talvez não para voltar tudo, mas voltar uma parte agora e deixar o restante para o

ano que vem." Nas contas dele, a reoneração integral renderia cerca de R\$ 25 bilhões ao ano. Na mesma linha, outra medida da qual não se tem falado mais, diz Borges, é a reoneração do IPI reduzido no decorrer de 2022. Isso, segundo ele, poderia render cerca de R\$ 12 bilhões líquidos de repasses a Estados e municípios.

O resultado de uma **reforma tributária** sobre renda, diz Borges, também poderia ter arrecadação adicional ao governo "e ajudar a fechar a conta de vez", mas as promessas de desoneração de folha e aumento da faixa de isenção para as pessoas físicas podem mitigar possíveis ganhos de receita.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe e sócio da Ryo Asset, aponta que o ideal seria que a consolidação fiscal se fizesse também no lado de gastos. Ele defende que há muito a ser feito, buscando maior eficiência nas áreas de saúde, educação, programas sociais e revendo cargos e carreiras dos servidores. "Ser mais ou menos ambicioso nisso é uma decisão política, mas medidas pelo lado da despesa ainda existem, podem ter efeitos bilionários e trariam ajuste de qualidade superior do que só do lado das receitas."

No caminho das receitas, diz ele, o governo pode pegar o "atalho" do Refis, que não seria medida indicada por estimular a inadimplência do contribuinte e representar renúncia de receita futura. O último grande programa nesse sentido, lembra, veio em 2017. Para Leal de Barros, considerando os programas nessa linha desde 2009, um Refis amplo poderia gerar entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões, ainda brutos, sem descontar transferências obrigatórias. Ele lembra, porém, que a receita adicional não se sustenta. "Sempre que há um grande Refis, o grande ganho de receita é no ano de edição do Refis. Ainda que haja volume de receitas importantes nos anos seguintes, são decrescentes."

Carlos Kawall, sócio e fundador da Oriz Partners, o governo encontrará muitos desafios pelo caminho anunciado de corte de renúncias tributárias, já que nessa linha Zona Franca de Manaus e Simples são importantes e muito difíceis de se mudar. Para ele, a maneira como o governo tem conduzido a busca de receitas adicionais tem sido "muito ruidosa", mesmo com discurso de que não quer aumentar carga. Isso, diz, pode prejudicar o andamento da **reforma tributária**, que é mudança estrutural e de longo prazo, "tanto por adiar essa agenda como por queimar pontes com o setor privado".

por taboola

Links patrocinados

Conteúdo Publicitário

Notícias Relacionadas:

VALOR ECONÔMICO - SP
lista de receitas para resultado primário pode somar R\$ 127 bi

Site:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/12/lista-de-receitas-para-resultado-primario-pode-somar-r-127-bi.ghtml>

Reforma tributária pode turbinar preços de chocolates, salgadinhos e refrigerantes

Brasília | *Hellen Leite, do R7, em Brasília*

A aprovação da **reforma tributária** pode turbinar os **impostos** sobre alimentos ultraprocessados, como chocolates, refrigerantes, salgadinhos e enlatados. O tema está sendo debatido na Comissão de Saúde e na Comissão Especial da **Reforma Tributária**, ambas na Câmara dos Deputados.

Em linhas gerais, a **reforma tributária** propõe a unificação de cinco **tributos** em um único, que seria o Imposto sobre Valor Agregado, o IVA. A aprovação dessa medida vai impactar a indústria e a sociedade de um modo geral, mas deve atingir com mais força os alimentos ultraprocessados, açucarados, bebidas alcoólicas e tabaco, pois seria criado um Imposto Seletivo para sobretaxar produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Além disso, também está em discussão a retirada dos ultraprocessados dos itens da cesta básica, que pagam menos **impostos** no país. O objetivo das medidas não é arrecadar, mas inibir o consumo.

Para especialistas, o sistema tributário não favorece à alimentação saudável e não existe uma política tributária que beneficie alimentos orgânicos ou agroecológicos.

O IPI e o ICMS buscam fazer esse papel, mas existem distorções na regra. É o que aponta a diretora da ACT Promoção da Saúde, Paula Johns. Ela cita, por exemplo, que a salsicha tem a mesma tributação do arroz e do feijão e que o IPI é isento para produtos como macarrão instantâneo, nuggets e néctar de frutas. Outra distorção é o fato de que o suco de uva orgânico paga mais **impostos** que o néctar de uva.

O consumo de alimentos e bebidas ultraprocessados foi responsável por cerca de 57 mil mortes em 2019 no Brasil. E, cada vez mais, todas as evidências demonstram que quando a gente muda o padrão de dieta para o aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, a gente piora os indicadores de saúde.

Paula Johns, diretora da ACT Promoção da Saúde

Para ela, os ultraprocessados deveriam ter uma tributação maior e específica, assim como acontece com o cigarro e com o álcool. "A gente precisa igualar o entendimento de ultraprocessados para o entendimento que temos do cigarro hoje", afirma.

Ainda segundo a especialista, o consumo desses produtos tem aumentado sistematicamente, principalmente, entre a população mais vulnerável. Além disso, os choques econômicos têm mais impacto sobre os alimentos saudáveis, fazendo com que alimentos menos nutritivos se tornem mais acessíveis do que os alimentos in natura ou minimamente processados.

"Havia uma previsão de que já se tinha de que o preço dos ultraprocessados se tornaria mais acessível do que o da comida de verdade a partir de 2025, já aconteceu em 2022, e isso é um dado muito assustador quando a gente sabe que preço é uma política chave para conseguir reduzir consumo", afirma Johns.

A coordenadora-geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde, Letícia Cardoso, afirma que os alimentos ultraprocessados, o álcool e o tabaco estão ligados a doenças não transmissíveis como câncer, diabetes e cardiopatias.

Se a gente reduzisse e voltasse o consumo que a gente tinha de ultraprocessados há dez anos, a gente reduziria em 20% as mortes associadas a esses produtos. São produtos que crescem entre a sociedade brasileira e que trazem enorme preocupação.

Letícia Cardoso, coordenadora-geral de Doenças e Agravos Não Transmissíveis do Ministério da Saúde

O presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA), João Dornellas, criticou o que chamou de "grupos de pressão contra os alimentos ultraprocessados" e disse que a indústria faz a defesa de uma "dieta equilibrada".

"Processar alimentos torna os alimentos mais seguros. Não podemos esquecer que há outros problemas que não podemos esquecer. Há poucos dias, a Polícia

Federal apreendeu 11 toneladas de queijo minimamente processados. A indústria, pelo contrário, processa, porque está comprometida com a saúde do brasileiro", afirmou.

Na visão do deputado Daniel Soranz (PSD-RJ), a tributação extra sobre produtos nocivos à saúde induz a população a consumir itens mais saudáveis, no entanto, o debate ainda precisa ser aprofundado no Brasil.

"Nos principais países do mundo, nos mais desenvolvidos, o Imposto Seletivo é natural e acontece há bastante tempo. Mas essa discussão ainda precisa ser aprofundada. Temos que conseguir discutir o tema para que seja um debate amplo com toda a sociedade", finalizou.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/reforma-tributaria-pode-turbinar-precos-de-chocolates-salgadinhos-e-refrigerantes-12052023>

Appy: Se for tributar menos a Netflix vou ter de tributar mais dos outros setores da economia

Brasília e São Paulo, 11

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que para tributar menos um serviço de streaming, como a Netflix, será preciso cobrar mais **impostos** de outros setores da economia. Ele usou o exemplo para alertar sobre os riscos da criação de diversas alíquotas diferenciadas e para mostrar a heterogeneidade do setor de serviços.

Por que serviço de streaming paga menos imposto do que uma camisa? É grande produtor, empresa estrangeira, Netflix. Honestamente, não vejo porque não pagar o mesmo que uma camisa. Se eu for tributar menos a Netflix, terei um imposto mais alto para todo o resto, para poder manter a carga tributária, disse em evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Ele também usou o exemplo do serviço de aluguel de automóveis, que paga menos **impostos** do que a venda. Para ele, essa é uma diferenciação que não se justifica e causa distorções na economia.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-conteudo/2023/05/11/appy-se-for-tributar-menos-a-netflix-vou-ter-de-tributar-mais-dos-outros-setores-da-economia.htm>

Se tratarem reforma como jogo de soma zero ela não sairá, diz Appy

Brasília e São Paulo

O secretário especial para **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernardo Appy, afirmou nesta quinta-feira, 11, que a proposta precisa ser tratada como jogo de soma positiva para ter condições de ser aprovada no Congresso. Se a gente tratar o impacto da reforma como jogo de soma zero, aquele em quem um ganha e outro perde, esquece, não vamos fazer reforma, porque o que perde trava a discussão da reforma. Se entendemos a tributária como jogo de soma positiva, temos espaço para construir consensos e acordos que viabilizem aprovação da reforma, disse Appy durante live da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), nesta quinta-feira, 11.

Ainda segundo Appy, a reforma não deve ser tratada apenas pelos efeitos na simplificação tributária, mas também na possibilidade de incrementar os índices de crescimento do País.

A simplificação é importante, mas não é só simplificação. A reforma tem vários efeitos que fazem com que a economia cresça mais. A complexidade do sistema tributário gera litígio, e a **reforma tributária** reduzirá esses litígios. A reforma elimina a cumulatividade e outras falhas do sistema brasileiro que fazem com que nossa produção seja tributada e perca produtividade no mercado interno brasileiro, pontuou Appy, ao citar benefícios da reforma para a economia.

Cashback

O secretário defendeu ainda o sistema de cashback previsto na **reforma tributária** e disse que o mecanismo não será restrito a famílias pobres, mas que a definição será feita pelo Congresso. A não cumulatividade plena é um ponto de convergência entre nós e a Abras, mas temos uma divergência sobre o cashback. O cashback é opção melhor do que redução de alíquota (para alimentos), defendeu.

A Abras defende a manutenção da desoneração da cesta básica, que além de produtos triviais como arroz e feijão, tem produtos mais caros, como queijos finos, na lista de itens sem **tributos**. Quando você desonera a cesta básica, você dá benefício que, em termos absolutos, é maior para a família rica do que para a pobre, argumentou.

Ele defendeu a mudança de mecanismo e disse que o cashback não será restrito a famílias pobres. O governo jamais disse que o cashback estaria limitado para famílias mais pobres. Não, muito pelo contrário. Não está definido como vai ser, mas estamos avaliando a possibilidade de pegar toda a população, mas com limite por família, disse.

Dessa forma, as famílias mais pobres teriam uma desoneração maior, reduzindo a regressividade do sistema tributário. O efeito final do cashback é mais positivo do ponto de vista social, e mais positivo do ponto de vista da demanda de alimentos, defendeu Appy.

Segundo o secretário, o governo já avalia a possibilidade de um sistema em que o cashback seja devolvido já na boca do caixa. É possível que tenha um sistema em que o cashback se reduz direto na boca do caixa. O Brasil já tem estrutura para isso, disse.

Appy ainda ponderou que há países com alíquotas diferenciadas do IVA para alimentos, mas que com estrutura adequada, o sistema de cashback é mais eficiente.

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estado-contenido/2023/05/11/se-tratarem-reforma-como-jogo-de-soma-zero-ela-nao-saira-diz-appy.htm>

Saúde, educação e alimentos não precisam de imposto menor na reforma tributária, diz especialista (Reforma tributária)

Eduardo Cucolo

Em viagem ao Brasil para falar sobre a **reforma tributária** com representantes do setor público e privado, a especialista em **impostos** sobre o consumo Rita de La Feria, da Universidade de Leeds, afirma que uma alíquota menor para alimentos, saúde e educação não é a melhor forma de proteger os mais pobres, como mostra o sistema europeu em vigor há mais de 50 anos.

A devolução de **impostos** para alguns consumidores e o uso desses recursos em políticas públicas seriam a forma mais eficaz de atingir quem precisa ser desonerado.

Ela afirma não ser possível desonerar totalmente um setor com o novo imposto em discussão e que será necessário criar listas de produtos e serviços beneficiados.

"O sistema que funciona bem é com uma só alíquota. Depois pode dar subsídios a alguns setores ou regiões do país que precisam mais, pode ajudar famílias mais carentes, pode beneficiar aquilo que o povo brasileiro acha que é prioritário", afirma a especialista.

Segundo de La Feria, o Brasil tem duas diferenças em relação a outros países que adotaram um IVA (Imposto sobre Valor Agregado), a convivência com um sistema ruim e cheio de benefícios fiscais há muitos anos e a desconfiança de que aquilo que estará na lei não será cumprido. Em especial, a garantia de que o imposto pago na aquisição de insumos poderá ser abatido do valor a ser recolhido na etapa seguinte da cadeia produtiva.

"Percebo que essa desconfiança vem de muitos anos de contencioso tributário. As pessoas perguntam, e se não devolver o crédito? Como não devolve o crédito se está na lei? Há um receio de que mude a lei, mas as práticas não mudem."

O Brasil caminha para ter dois IVAs, um federal e outro de estados e municípios. É possível construir um bom sistema tributário dessa forma?

Sim. Um só IVA é tecnicamente superior. Qualquer situação que tenha mais de um pode criar atrito entre as duas legislações e gerar custos de conformidade. Mas há países que têm IVA Dual, como o Canadá. Já seria um avanço enorme para o Brasil.

Mesmo com alíquotas diferenciadas por setor?

Isso não existe no mundo e nem sequer pode existir no Brasil. Não há forma de fazer esse desenho legislativo. O desenho possível é por tipo de bem ou serviço. Uma lista de bens ou serviços que estão excluídos da alíquota normal. Não há nenhum país que tenha alíquotas reduzidas por setor.

Não há uma alíquota diferenciada, por exemplo, para a agropecuária?

Não existe. Todos os setores podem ter serviços ou bens sujeitos à alíquota reduzida e serviços ou bens sujeitos à alíquota normal. Obviamente isso aumenta os custos de conformidade. Cada empresa vai ter de fazer a diferenciação entre todos os produtos. Esse mito de que vai ter um setor que vai ter uma alíquota reduzida e que vai ser muito simples, vai só se beneficiar, isso não existe em lugar nenhum do mundo. Existe por bens ou serviços, é uma listinha.

Por que o Brasil deveria seguir um sistema diferente do europeu, que adota múltiplas alíquotas?

Cada país europeu tem entre uma e cinco alíquotas. A razão não é técnica, é histórica. A única justificativa técnica para aplicar muitas alíquotas é a diferenciação para os mais pobres. Essa questão dos setores não é uma razão técnica. Nos anos 60, quando o IVA foi introduzido na Europa, a ideia era proteger os mais pobres, então foram introduzidas as alíquotas reduzidas.

Quando chegou nos anos 80 sabíamos que não estava dando resultado. Começamos a verificar que as reduções de alíquota não eram repassadas para os preços. As margens eram absorvidas pelas empresas. Mesmo quando eram repassadas, mesmo nos produtos mais essenciais, sempre quem consome mais são os mais ricos. Então quem se beneficia mais

são os mais ricos daquela sociedade. E cria uma série de problemas práticos, de contencioso, de interpretação das listas, de custos e distorções econômicas.

Nos anos 80, a Comissão Europeia tentou pela primeira vez unificar tudo em uma só alíquota, mas isso não passou. E desde então estamos constantemente a tentar. A lição com o que se passou na Europa é que erros no desenho inicial do IVA são muito difíceis de corrigir. Uma vez esses interesses instalados, a tendência é sempre aumentar a lista das alíquotas reduzidas.

Se o Brasil não tiver força política agora para introduzir uma só alíquota, se introduzir uma alíquota reduzida, vai haver muitas pressões nos próximos anos para incluir mais produtos na listagem. Os países desenvolvidos que têm IVAs mais recentes, como Canadá, Austrália, Nova Zelândia, países riquíssimos, têm uma só alíquota e que funciona bem.

O Brasil sempre fez muita política de incentivo setorial e muitas tentativas de redução de desigualdades regionais e de renda por meio do sistema tributário. Como fazer isso com um imposto de alíquota única?

Os **impostos** sobre o consumo, em geral, não são uma boa forma de se atingir esses objetivos. Há muitas vezes essa confusão entre o objetivo da política e o instrumento para chegar a essa política. O sistema tributário tem outras partes que são mais adequadas a atingir objetivos sociais e distributivos. É o caso do imposto sobre a renda.

[A combinação] imposto mais despesa também faz muito desses objetivos. Recolha o imposto e depois [o governo] pode fazer as políticas sociais e distributivas. O "cashback" é precisamente essa situação: coleta de quem tem mais e devolve para quem não tem. Agora, não faz sentido do ponto de vista tributário isentar aqueles que podem pagar.

Isso vale para educação, saúde, alimentação?

Claramente. No caso de saúde e educação, as pessoas mais pobres não vão ao sistema privado. Não há despesa com hospitais privados nas camadas mais pobres. Eu tenho um estudo com um colega economista. Olhamos para os dados de vários países de diferentes níveis de renda e verificamos que em países que isentam a educação e saúde esse benefício vai para os 20% mais ricos. Verificamos que sempre que há uma distinção entre o público e o privado, seja educação, seja saúde ou seja outra coisa qualquer, quase só exclusivamente os 20% do topo é que utilizam o privado. Quando isenta, está a isentar esses.

No sistema público não se cobra IVA, porque não há preços. É um imposto sobre os preços. Quando estamos falando de isenção para educação e saúde, estamos isentando pessoas que estão no escalão dos 20% mais ricos. Quando se faz isso, a regressividade do imposto aumenta.

A mesma coisa para os chamados bens de mérito, ou seja, livros, atividades culturais etc. Não faz sentido não coletar imposto de quem compra livros, quando pode coletar esse imposto e depois dar de volta na despesa pública como investimento na biblioteca pública, através de subscrições para jornais, revistas etc., para pessoas que neste momento não têm acesso a isso e podem ter se for dado pelo Estado.

Esse mecanismo de devolução de imposto, o "cashback", funciona bem em outros países?

Sim. O primeiro país que introduziu isso foi a Nova Zelândia. De lá para cá foi introduzido em outros países. O Canadá também tem um sistema de "cashback". A diferença principal para o Brasil é que esses sistemas foram pensados ainda na era pré-digital.

O Brasil tem a vantagem de introduzir já na era digital. Nesse paper, propomos um sistema de "cashback" automático, usando tecnologia em tempos real. Isso está sendo tentado no Uruguai. Quando vai à loja, dá o número do CPF, o sistema identifica como pessoa de baixa renda e imediatamente devolve para sua conta o valor do IVA pago. Ele nunca chega a pagar, portanto. É como uma isenção personalizada. Nós chamamos de IVA progressivo.

O mesmo valeria para incentivos que tratem da questão ambiental?

Na Europa há pressão para diminuir a tributação deste ou daquele produto, mas não é um bom instrumento para atingir esse objetivo. **Impostos** que são desenhados especificamente para diminuir o consumo de carbono, isso está sendo testado e com sucesso. Há propostas de tributação do carbono. É uma vertente diferente. Uma tributação para diminuir as consequências negativas do consumo de certos produtos. Foi assim que tributamos o tabaco, o álcool etc. O carbono não é diferente em termos de objetivos.

Como outros países lidaram com situações como manter uma zona franca?

A situação de Manaus já está equacionada nas PECs, mas ela não é única, muitos países têm regiões específicas que necessitam de mais ajuda porque estão atrasadas em relação ao resto do país.

Quase nada no Brasil é único. Só tem uma coisa diferente dos outros países: vocês têm um sistema ruim há muito tempo.

Algumas questões que se colocam, como certos setores querendo tratamento diferencial, zonas regionais que têm regimes especiais, como a Zona Franca de Manaus, pequenas empresas, os sistemas de devolução, o resto do mundo todo já passou por isso. A diferença é o fato de vocês terem esse sistema há tantos anos.

Há interesses já sedimentados e também outro problema com o qual eu me confrontei, que é diferente do que presenciais em outros países: o nível de desconfiança. As pessoas aqui no Brasil têm muito medo. Percebo que essa desconfiança vem de muitos anos de contencioso tributário. As pessoas perguntam, e se não devolver o crédito? Como não devolve o crédito se está na lei? Há um receio de que mude a lei, mas as práticas não mudem.

Isso me pegou de surpresa. Por que no Brasil estão tão preocupados com a não cumulatividade quando em outros países isso tende a ser uma questão técnica. A mensagem que gostaria de passar em relação a isso é que não há razão para achar que vai falhar no Brasil.

Uma outra questão levantada por alguns empresários é que o IVA seria um imposto antigo e que teria dificuldade de tributar a chamada economia digital.

O IVA é um imposto muito novo. Os **impostos** sobre a renda são muito mais antigos, e não vejo ninguém dizer que devemos abolir o imposto de renda. O IVA foi inventado nos anos 20, implementado pela primeira vez no modelo como conhecemos hoje em 1954 e depois se espalhou pelo mundo todo. É um fenômeno inédito. Não há nenhum outro imposto que neste período de 70 anos tenha se espalhado assim pelo mundo todo.

Os avanços que têm sido feitos na adaptação do IVA à economia digital têm sido um estrondoso sucesso. Temos esse debate na OCDE para adaptar a tributação sobre o lucro das empresas à economia digital e temos dificuldade de aprovar essas medidas. Se você olhar para o Pilar 1 da reforma sobre a renda, vai ver que está a parte da tributação no destino. Essa tributação no destino é inspirada no sucesso do IVA. Introduziram os "digital services taxes" em vários países europeus, tudo com base no princípio do destino, porque viram qual foi o resultado no IVA.

Há uma pressão muito forte do setor de serviços contra a **reforma tributária**. Alguns empresários

entendem que haverá uma taxa extra sobre o faturamento dessas empresas.

Para todos os prestadores de serviços que tenham transações em que os clientes são outras empresas, a tributação para eles vai ser zero. Tudo o que cobrar vai ser creditado. Em sua maioria, os serviços vão passar de uma alíquota de 5% para zero. Não é o caso quando transmite para o consumidor final.

O que muitos setores colocam como receio é justamente que o serviço prestado ao consumidor seja muito onerado.

Para dizer que será mais onerado, tem de partir do pressuposto que agora está menos. A tributação no Brasil é tão complexa que muda de produto para produto. Tem um monte de imposto embutido. Ninguém pode dizer com certeza que esse serviço tem X ou Y. É impossível dizer qual o ponto de partida. Acho esses cálculos não confiáveis, porque a economia está toda distorcida.

Quanto vai aumentar e se vai aumentar no B2C [venda ao consumidor final], não tenho certeza. E nem acho que vá ser uniforme. Cada serviço tem um ponto de partida diferente do que está agora. Me parece que há muito pânico e preocupação sem fundamento. Mas não é difícil dizer que vai ser zero entre B2B [negócios entre empresas].

O setor de serviços também tem defendido desonerar a folha de pagamento transferindo essa tributação para o consumo ou criando uma nova CPMF, sobre transações financeiras. Como a senhora vê essa proposta?

Quase ninguém tem CPMF e quase todo mundo tem IVA. CPMF distorce a economia. Além de cumulativa, cria distorção entre pagamentos em dinheiro e não dinheiro. Não é um imposto tecnicamente bom. O IVA se espalhou porque é tecnicamente um imposto superior.

A gente tem propostas de uma transição do sistema tributário de seis a dez anos. Outros países tiveram que conviver por tanto tempo com dois sistemas?

A maioria dos países tem um sistema de transição normalmente de dois a três anos. A do Brasil é particularmente longa. Aqui tem um sistema de benefícios tributários de tantos anos que para fazer o desmame vão precisar de mais tempo do que outros países. Do ponto de vista técnico preferiria um período de transição menor, mas compreendo que um país que tem tantos anos precise de mais tempo.

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/05/saude-educacao-e-alimentos-nao-precisam-de-imposto-menor-na-reforma-tributaria-diz-especialista.shtml>

Marcus Abraham: O que pensa o ChatGPT sobre o novo arcabouço fiscal, reforma tributária e outros temas afins

Por Marcus Abraham*

Grande sucesso de popularidade do momento - e quase uma celebridade pop - é o robô de inteligência artificial ChatGPT da empresa OpenAI, desenvolvido para conduzir conversas, elaborar textos sobre qualquer tipo de assunto, dentre outras habilidades.

Há alguns meses eu já havia feito uma experiência inicial com o robô tratando de questões de Direito Financeiro e orçamento público. Recentemente, ampliei o foco para temas como o novo arcabouço fiscal, as propostas de **reforma tributária** hoje em debate e outros temas afins. Apresento agora ao leitor o resultado deste substancioso "bate-papo".

Antes, porém, é interessante destacar a maneira transparente e direta como se posiciona o ChatGPT ao longo da interação, sempre apresentando advertência inicial de que, por se tratar de um sistema de inteligência artificial, não teria qualquer opinião "pessoal" ou "sentimento" a respeito dos assuntos abordados. Não obstante, não posso negar que não é fácil distinguir quem está do outro lado da tela: se realmente é um robô ou se é uma pessoa humana real.

Início rememorando trecho do primeiro contato que eu tive com o ChatGPT sobre temas fiscais, questionando sobre a importância para o Brasil da disciplina Direito Financeiro e do orçamento público. A resposta do ChatGPT foi assim:

"Como modelo de linguagem de inteligência artificial, eu não tenho sentimentos e nem opiniões pessoais. No entanto, posso informar que o Direito Financeiro é uma disciplina essencial para o funcionamento do Estado, uma vez que estabelece normas e regras que regem as finanças públicas, incluindo a arrecadação de **impostos**, o planejamento e a execução do orçamento público, o controle das despesas e a gestão da dívida pública. O Direito Financeiro também desempenha um papel importante na promoção do desenvolvimento econômico e social do país, já que influencia as políticas fiscais adotadas pelo governo. Além disso, é uma disciplina que possui grande impacto na vida dos cidadãos, uma vez que afeta

diretamente a distribuição de recursos e a oferta de serviços públicos.

O orçamento público é fundamental para a democracia, pois permite que a sociedade possa acompanhar e avaliar as políticas públicas e os gastos do governo. Através do orçamento, a população pode saber quanto e onde o governo está gastando seu dinheiro, bem como participar do processo de decisão sobre a alocação dos recursos públicos.

Além disso, o orçamento público é um instrumento importante para a estabilidade econômica e para a promoção do desenvolvimento do país. Ele permite que o governo possa definir prioridades, controlar a **inflação**, equilibrar as contas públicas, promover investimentos em infraestrutura e serviços públicos, entre outras ações que visam o bem-estar da população. Por isso, é essencial que o orçamento público seja elaborado e executado de forma transparente, eficiente e responsável".

Pois bem, nessa recente interação que tive com o ChatGPT, iniciei indagando sobre o novo arcabouço fiscal e recomendações que ele daria para o sucesso da proposta. Suas palavras foram as seguintes:

"(...) o arcabouço fiscal se refere a um conjunto de políticas e medidas econômicas que visam garantir a sustentabilidade fiscal de um país, ou seja, a capacidade do governo de pagar suas dívidas e manter suas finanças sob controle.

Para que um projeto de sustentabilidade fiscal seja efetivo no Brasil, algumas recomendações importantes incluem:

1- Compromisso com a responsabilidade fiscal: o governo deve ter um compromisso firme com a responsabilidade fiscal, mantendo o controle das contas públicas e evitando gastos excessivos. Isso pode envolver a implementação de medidas como o controle dos gastos públicos, a redução dos déficits orçamentários e a gestão eficiente da dívida pública.

2- Transparência e prestação de contas: o governo deve ser transparente sobre suas finanças públicas,

tornando os dados disponíveis para o público e garantindo que haja prestação de contas adequada. Isso pode ajudar a garantir a confiança dos cidadãos e do mercado financeiro no país.

3- Reformas estruturais: o governo também deve implementar reformas estruturais que visam aumentar a eficiência e reduzir os custos do setor público. Isso pode incluir medidas como a reforma da previdência, a simplificação do sistema tributário e a melhoria da gestão pública.

4- Crescimento econômico: um ambiente econômico favorável pode ajudar a melhorar a sustentabilidade fiscal do país. O governo pode adotar políticas que visam promover o crescimento econômico, como a promoção do investimento privado, a redução da burocracia e a criação de um ambiente de negócios mais favorável.

5- Diálogo e cooperação: é importante que o governo trabalhe em conjunto com a sociedade civil, os empresários, os sindicatos e outras partes interessadas para desenvolver soluções sustentáveis. O diálogo e a cooperação podem ajudar a garantir que as políticas adotadas sejam equilibradas e levem em consideração os interesses de todas as partes envolvidas."

Impressionado com o nível de "conhecimento" e "sensatez" daquele modelo de linguagem artificial, busquei aprofundar o assunto. Destaco trecho em que o ChatGPT trata de medidas para aumentar a arrecadação, controle de gastos e metas fiscais:

"Aumento da eficiência na arrecadação de receitas: Isso pode ser alcançado através da melhoria da gestão tributária, da redução de incentivos fiscais excessivos e da aplicação efetiva de medidas para combater a evasão fiscal.

Controle dos gastos públicos: É importante controlar os gastos públicos para garantir que o governo não gaste mais do que arrecada. Isso pode ser alcançado através da análise crítica dos programas de gastos públicos, da adoção de medidas de contenção de gastos e da redução de desperdícios.

Estabelecer metas fiscais realistas e críveis: O projeto deve estabelecer metas fiscais claras e realistas, que possam ser atingidas com base nas condições econômicas e financeiras do país. As metas devem ser críveis para que os investidores e a população em geral confiem que o governo está comprometido em alcançá-las."

Como o ChatGPT abordou especificamente o tema do aumento da eficiência da arrecadação, perguntei-lhe

sobre as principais propostas de **reforma tributária** que hoje estão em debate. Sua resposta:

"Existem diferentes propostas de **reforma tributária** que estão sendo discutidas no Brasil. Alguns defendem uma simplificação do sistema tributário, com a unificação de **impostos** e a redução de burocracia. Outros propõem uma revisão das alíquotas e a criação de novos **impostos**, com o objetivo de tornar o sistema tributário mais justo e eficiente.

Além disso, há a questão da distribuição de recursos entre os estados e municípios, que também é um tema central na discussão da **reforma tributária**.

Uma das principais propostas de **reforma tributária** no Brasil é a unificação de **impostos** em um imposto único sobre o consumo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituiria vários **impostos** existentes, como o ICMS, o ISS, o IPI e o PIS/Cofins. Esse modelo tem como objetivo simplificar o sistema tributário e reduzir a burocracia, tornando-o mais fácil de ser administrado e evitando a bitributação.

Outra proposta de **reforma tributária** é a criação de um imposto sobre transações financeiras, o que é conhecido como a "nova CPMF". Esse imposto teria como objetivo arrecadar recursos para financiar programas sociais e investimentos em infraestrutura, mas tem sido criticado por ser considerado regressivo e prejudicar as camadas mais pobres da população.

O importante é que qualquer modelo de **reforma tributária** adotado leve em consideração as particularidades do país e busque uma solução que seja justa, eficiente e que estimule o crescimento econômico de forma sustentável. Além disso, é fundamental que a reforma seja discutida amplamente e com a participação de diversos setores da sociedade, para que possa ser construída de forma democrática e transparente."

Pedi, então, que ele indicasse quais medidas uma **reforma tributária** deveria contemplar para funcionar no Brasil. Assim o ChatGPT se posicionou:

"(...) em geral, uma **reforma tributária** eficaz deve buscar simplificar o sistema tributário, tornando-o mais justo, eficiente e competitivo. Isso pode ser feito por meio de várias medidas, como:

- Unificação de **impostos**: Uma proposta que tem sido amplamente discutida é a unificação dos **impostos** em um imposto único sobre o consumo, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Isso poderia ajudar a reduzir a complexidade do sistema tributário e evitar a bitributação.

2- Eliminação de isenções e incentivos fiscais: O sistema tributário brasileiro é caracterizado por uma série de isenções e incentivos fiscais que favorecem determinados setores ou atividades. A eliminação desses benefícios pode ajudar a aumentar a arrecadação de **impostos** e tornar o sistema tributário mais justo.

3- Aumento da progressividade: Aumentar a progressividade do Imposto de Renda pode ser uma medida importante para reduzir a desigualdade social e aumentar a arrecadação de **impostos**. Isso pode ser feito por meio da criação de novas faixas de tributação ou do aumento das alíquotas para as camadas mais ricas da população.

4- Simplificação do processo de pagamento de **impostos**: A simplificação do processo de pagamento de **impostos** pode ajudar a reduzir a burocracia e os custos para as empresas, facilitando a vida do empresário e estimulando a formalização da economia.

5- Maior transparência: Um sistema tributário mais transparente pode ajudar a combater a sonegação fiscal e aumentar a confiança da sociedade no governo. Isso pode ser feito por meio da criação de ferramentas digitais para o pagamento de **impostos** e pela ampliação do acesso à informação sobre o sistema tributário.

Cabe lembrar que essas são apenas algumas das medidas que podem ser adotadas em uma **reforma tributária**. O sucesso de uma **reforma tributária** depende de sua capacidade de atender às necessidades do país, levando em consideração a complexidade do sistema tributário brasileiro e as diversas opiniões e interesses envolvidos na discussão."

No final da conversa, com a expectativa de transformar seus "conhecimentos" em providências concretas, indaguei como ele, modelo de inteligência artificial, poderia nos ajudar na gestão das finanças públicas:

"Como um sistema de inteligência artificial, posso colaborar com uma boa gestão dos recursos públicos estatais de diversas maneiras. Algumas delas incluem:

Análise de dados: Eu posso analisar grandes volumes de dados para identificar padrões, tendências e insights relevantes para a gestão dos recursos públicos. Isso pode incluir a análise de despesas públicas, fluxo de caixa, arrecadação de **impostos**, entre outros.

Previsão de receitas e despesas: Com base em

modelos estatísticos e algoritmos de machine learning, posso ajudar a prever as receitas e despesas do governo, permitindo uma melhor gestão dos recursos e uma maior eficiência na alocação dos mesmos.

Identificação de fraudes e irregularidades: Com técnicas de detecção de anomalias e aprendizado de máquina, posso ajudar a identificar possíveis fraudes e irregularidades na gestão dos recursos públicos, permitindo uma ação mais rápida e efetiva por parte das autoridades responsáveis.

Apoio à tomada de decisão: Com base em análises de dados e modelos preditivos, posso fornecer insights e recomendações para apoiar a tomada de decisão dos gestores públicos, permitindo uma alocação mais eficiente dos recursos e uma melhor gestão dos mesmos.

Transparência e accountability : Como um sistema imparcial e transparente, posso ajudar a promover a transparência e a accountability na gestão dos recursos públicos, permitindo que a sociedade acompanhe e avalie a atuação do governo".

Há ainda muito a evoluir no uso e regulação de ferramentas de inteligência artificial como o ChatGPT e importantes desafios deverão ser superados, especialmente aqueles relacionados à ética, à privacidade e à segurança de dados.

Por outro lado, devemos reconhecer a sua lógica na exigência de adoção de uma gestão fiscal responsável no Brasil, como sendo aquela que procura manter o equilíbrio entre as receitas e as despesas, garantindo a sustentabilidade das contas públicas a longo prazo, adotando medidas que visem à redução do endividamento público, ao controle da **inflação**, ao aumento da arrecadação de **impostos** e à redução dos gastos governamentais, buscando sempre a eficiência e a eficácia na utilização dos recursos públicos.

Em resumo, é fundamental que o Brasil adote medidas que garantam a sustentabilidade fiscal a longo prazo, estimulem o crescimento econômico e promovam o desenvolvimento sustentável, garantindo o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida da população.

Para encerrar, deixo a pergunta ao leitor: de quem é a autoria deste último parágrafo (acima): é minha ou do modelo de inteligência artificial ChatGPT?

*Marcus Abraham é desembargador federal no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, pós-doutor em Direito (UFRJ e Universidade de Lisboa), doutor em Direito Público (UERJ), professor titular de Direito Financeiro e Tributário da UERJ e autor de diversos

livros, dentre eles "Curso de Direito Tributário brasileiro", "Curso de Direito Financeiro brasileiro" e "Lei de Responsabilidade Fiscal comentada", publicados pela Editora Forense.

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/fumus-boni-iuris/post/2023/05/marcus-abraham-o-que-pensa-o-chatgpt-sobre-o-novo-arcaouco-fiscal-reforma-tributaria-e-outros-temas-afins.ghtml>

Relatório da reforma tributária é adiado e será apresentado a partir do dia 23

Por Victoria Abel - Brasília

O Grupo de Trabalho para **Reforma Tributária** na Câmara dos Deputados deve atrasar em uma semana a apresentação do relatório preliminar sobre as discussões para a mudança no sistema de **impostos**. A previsão é que o primeiro texto seja levado aos deputados a partir do dia 23 de maio. Antes, a data era do dia 16, mesmo dia de encerramento oficial do GT.

A ideia dos parlamentares é realizar um seminário nos dias 23,24 e 25 para debaterem os pontos divulgados. Após esse período, um segundo texto com modificações pode surgir, levando a publicação do relatório final para os últimos dias do mês.

Depois do texto final elaborado pelo GT, o relator da **reforma tributária**, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), vai construir o substitutivo que seguirá para votação no plenário da Câmara, dando origem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC).

Entre os motivos do atraso, estão a recente viagem do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a Nova York, na última semana, e as atenções voltados para a discussão do arcabouço fiscal.

O relator Aguinaldo Ribeiro ainda quer incluir senadores em ao menos uma das rodadas de conversas antes da proposta seguir ao plenário para votação dos deputados. O deputado do PP pediu ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a indicação de representantes para o debate.

Os deputados discutem a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), união de todos os **impostos** de consumo, ou de dois IVAs, um nacional e outro subnacional.

A segunda ideia tem encontrado maior aderência entre parlamentares de diferentes bancadas. Isso porque, a existência de um IVA subnacional (união de ICMS e ISS) pode dar maior autonomia para estados e municípios administrarem suas arrecadações.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/relatorio-da-reforma-tributaria-e-adiado-e-sera-apresentado-a-partir-do-dia-23.ghtml>

Crise na Argentina e reforma tributária são preocupações de Haddad

No Japão, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, demonstrou preocupação com a crise na Argentina e destacou a importância da **reforma tributária** para fortalecer investimentos japoneses no Brasil.

Haddad participa do encontro dos ministros das Finanças do G-7, grupo que reúne os países mais industrializados do mundo, formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá

O ministro destacou nesta quinta-feira o interesse de representantes de empresas japonesas com filiais no Brasil sobre o ambiente de negócios para fortalecer investimentos, como a **reforma tributária**, além das exportações para o país asiático.

Na pauta das discussões com o G7, o Brasil também vai tratar sobre a crise na Argentina. O assunto foi tema de encontro reservado com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen.

De acordo com Haddad, Janet Yellen deixou claro que não tem objeção aos acordos comerciais entre Brasil e China.

A reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G7, antecede o encontro dos líderes dos países-membros, marcado para o próximo dia 19. O presidente Lula irá ao Japão participar do encontro.

Ainda no Japão, o ministro Fernando Haddad e a comitiva enfrentaram um tremor de terra em Tóquio, por volta das 4h20 da manhã do horário local, 4h20 da tarde de quarta, aqui em Brasília. Apesar do susto, a agenda foi mantida.

Notícias Relacionadas:

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF
Crise na Argentina e **reforma tributária** são preocupações de Haddad

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2023-05/crise-na-argentina-e-reforma-tributaria-sao-preocupacoes-de-haddad>

17 setores que empregam 8,9 milhões lançam manifesto em prol da desoneração da folha até 2027

Brasília

**/
Do R7, em Brasília**

Entidades que representam 17 setores da economia lançaram nesta quinta-feira (11) um manifesto em favor da continuidade da desoneração da folha de pagamento até 2027. O grupo se chama "Desonera Brasil". O documento defende a aprovação do projeto de lei 334/2023, do senador Efraim Filho (União Brasil-PB), que prorroga o benefício fiscal iniciado em 2011.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

"A política de desoneração da folha de pagamentos trouxe resultados expressivos para a economia do país ao reduzir o custo laboral e proporcionar maior dinamismo às empresas", diz o texto.

Os setores que assinam o documento empregam mais de 8,9 milhões de trabalhadores, e incluem áreas como tecnologia da informação, construção civil, comunicação social, transporte público, têxteis, couro, calçados e call center. Acesse aqui a íntegra do manifesto.

"Estudos recentes comparam efeitos sobre o emprego formal e a competitividade entre o grupo de setores desonerados, em relação ao grupo não contemplado pela política, e demonstram que a manutenção da desoneração não somente aumentou o emprego formal, como também resultou em incremento da competitividade desses setores na economia brasileira", afirma o manifesto.

Para a presidente da Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e de Informática (Feninfra), Vivien Mello Suruagy, sem a desoneração, o setor fica em estado de alerta e segura a abertura de novas vagas de emprego.

"Precisamos que seja votada essa lei. Precisamos de apoio do governo. Essa indefinição que estamos passando agora envolve não contratar pessoal, ficar indefinido se vamos demitir ou não. Vamos ter que demitir em torno de 450 mil pessoas em nosso setor - um setor que é estratégico para o país, que é o setor de telecomunicações [se a desoneração não for prorrogada]", afirma.

O texto do manifesto critica ainda a "baixa competitividade do custo laboral brasileiro", o que, segundo os representantes dos setores econômicos, "impõe ao Brasil uma tímida participação no comércio internacional de bens e serviços de alto valor agregado e baixíssima inserção em cadeias globais de produção - 105ª posição no Índice de Eficiência do Mercado Laboral".

"Em momento histórico de desaceleração global do crescimento econômico, com um aumento do número de desempregados, a mera cogitação de aumento do custo do trabalho, previsto para ocorrer em dezembro de 2023, deveria ser objeto de profunda atenção dos formuladores de políticas públicas", defendem os representantes.

Em entrevista à Record TV, o senador Efraim Filho, que é presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), disse que o grupo tem defendido a aprovação da prorrogação da desoneração da folha em projeto de lei fora da **reforma tributária**.

"Para que dê segurança jurídica aos 17 setores que mais empregam no Brasil. A gente não pode atravessar o ano com dificuldade em garantir que empresas possam ampliar negócios, abrir filiais, preservar empregos, gerar oportunidades que são importantes para pais e mães de família colocar o pão na mesa de casa", afirmou o parlamentar.

Atualmente, 17 setores da economia têm direito à isenção da folha. Criada pela lei 12.546/2011 com o objetivo de estimular a geração e manutenção de empregos, além de aumentar a competitividade das empresas por meio da diminuição dos custos com funcionários, a desoneração consiste em um

mecanismo que permite às empresas pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre as folhas de pagamento.

Quando a medida entrou em vigor, 56 setores eram contemplados, mas o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) sancionou, em 2018, uma lei que removeu 39 segmentos do regime. A medida valeria até 2021 e foi prorrogada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL).

A contribuição não deixa de ser feita, apenas passa a se adequar ao nível real da atividade produtiva do empreendimento. Em outras palavras, as empresas que faturam mais contribuem mais. Com isso, é possível contratar mais empregados sem gerar aumento de **impostos**.

São beneficiados os seguintes setores: calçados, call center, comunicação, confecção, construção civil, construção de obras de infraestrutura, couro, fabricação de veículos e carroçarias, máquinas e equipamentos, proteína animal, têxtil, tecnologia da informação, tecnologia de comunicação, projeto de circuitos integrados, transporte metroferroviário de passageiros, transporte rodoviário coletivo e transporte rodoviário de cargas.

Site: <http://noticias.r7.com/brasil/17-setores-que-empregam-89-milhoes-lancam-manifesto-em-prol-da-desoneracao-da-folha-ate-2027-11052023>

Haddad: acordo Mercosul-Japão está na ordem do dia para os empresários japoneses

Niigata

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, relatou que os empresários japoneses com os quais se encontrou estão interessados na aprovação de um acordo comercial entre Mercosul e Japão.

O acordo Mercosul-Japão está na ordem do dia para os empresários japoneses, que se interessam por esse acordo e querem que o governo japonês tenha um olhar interessado, particular para as exportações vindas do Brasil para cá, disse o ministro a jornalistas em Niigata, Japão, cidade-sede do G-7 financeiro.

De acordo com o ministro, que destacou as relações históricas entre Brasil e Argentina, o encontro com os empresários japoneses também tratou da **reforma tributária** para melhorar o ambiente de negócios brasileiro, de forma a fortalecer os investimentos vindos do país asiático.

Falamos muito da **reforma tributária**, interessa demais aos investidores japoneses por uma série de problemas complexos que serão simplificados pela reforma, como também das exportações brasileiras ao Japão. Queremos manter a nossa quota-parte no mercado japonês, declarou Haddad.

Argentina

Haddad afirmou também que uma das pautas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua participação no G-7 da próxima semana é a situação econômica da Argentina. O Brasil tem mobilizado esforços no socorro à nação vizinha.

Uma das razões pelas quais o presidente Lula está vindo ao G-7 é para tratar desse assunto. Para nós, é uma questão fundamental que esse problema seja endereçado. E o presidente Lula virá na próxima semana com a mesma preocupação, estou antecipando o que ele próprio, de viva-voz, vai trazer, declarou o ministro após se encontrar com a secretária do Tesouro americano, Janet Yellen.

Haddad está em Niigata para o G7 Financeiro, marcado para esta sexta-feira, 12, e retorna ao Brasil no sábado (13). Lula, por sua vez, irá a Hiroshima na semana que vem para o G-7 presidencial. O Grupo dos Sete é formado por Estados Unidos, Canadá,

Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Japão. O Brasil participa dos encontros na condição de convidado.

Notícias Relacionadas:

RÁDIO NACIONAL DE BRASÍLIA FM 96,1 - DF
Haddad: acordo Mercosul-Japão está na ordem do dia para os empresários japoneses

Site: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2023/05/11/haddad-acordo-mercossul-japao-esta-na-ordem-do-dia-para-os-empresarios-japoneses.htm>

Governo conta com reforma tributária para estabilizar a dívida pública com menor esforço fiscal

Por **Alexandro Martello, g1 - Brasília**

Informações divulgadas pelo governo federal no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, enviada em abril ao Congresso Nacional, mostram que o Executivo conta com a **reforma tributária** para ajudar no ajuste das contas públicas.

Ao simplificar e modernizar o sistema tributário brasileiro, essa reforma irá gerar efeitos positivos na produtividade e no crescimento econômico. Esse maior crescimento permitirá ao país realizar um menor esforço fiscal para estabilizar a sua dívida pública como proporção do **PIB**, informou o governo no projeto da LDO 2024.

A **reforma tributária** está sendo avaliada pelo Legislativo e pode ser votada ainda neste semestre pela Câmara dos Deputados. A percepção da área econômica é de que há um clima positivo para que a reforma seja aprovada pelo Congresso Nacional até o fim de 2023.

De acordo com o governo, estudos mostram que a **reforma tributária**, se concluída, possibilitará um elevado aumento no potencial de crescimento do país, além do potencial de reduzir a desigualdade.

Analistas estimam que a reforma dos **impostos** sobre o consumo tem potencial para elevar o **PIB** potencial do Brasil em no mínimo 10% nas próximas décadas - o que geraria um impacto no aumento da arrecadação federal.

Reforma tributária deve reduzir sonegação e estimular investimentos estrangeiros, diz secretário da Fazenda Entenda a reforma nos **impostos** sobre o consumo, uma das prioridades do governo Lula na economia

O governo busca melhorar o perfil das contas públicas para possibilitar uma queda mais rápida, e continua, da taxa básica de juros, atualmente em 13,75% ao ano, o maior nível em seis anos e meio.

Ajuste das contas públicas

Para melhorar as contas públicas, o governo enviou ao Congresso Nacional, em abril, a proposta arcabouço fiscal, ou seja, a nova regra para as contas públicas.

O objetivo da área econômica é zerar o déficit fiscal primário (que considera receitas e despesas, mas não os gastos com juros), estimado em R\$ 231 bilhões neste ano (acima de 2% do **PIB**), a partir de 2024, e obter saldos positivos de 0,5% e de 1% do **PIB**, respectivamente, em 2025 e 2026.

Para a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado Federal, entretanto, para estabilizar a dívida pública seria necessário um superávit maior ainda, da ordem de 1,5% do **PIB** (cerca de R\$ 150 bilhões por ano) entre 2023 e 2031.

A preocupação dos economistas é com o aumento da dívida pública. Nesta semana, no Senado Federal, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, avaliou que o juro é alto no Brasil justamente porque a dívida é alta, acima da média dos emergentes.

Atualmente, a dívida brasileira está em cerca de 73% do **PIB**. O Tesouro Nacional admitiu que a dívida brasileira pode superar 80% do **PIB** ao fim do mandato do presidente Lula.

Impacto da **reforma tributária**

Na avaliação do secretário extraordinário do Ministério da Fazenda para a **reforma tributária**, Bernard Appy, a reforma começará a ter impacto no crescimento do **PIB**, nas expectativas dos agentes econômicos, assim que for aprovada pelo Legislativo.

Se aprovar a reforma, a percepção sobre o Brasil tende a melhorar. Estrangeiros entendem que a reforma tem efeito sobre a percepção de risco do Brasil e que tem impacto positivo sobre o crescimento, mesmo que o efeito direto venha no longo prazo. Isso já entra na conta de trajetória fiscal, melhora muito o fiscal no longo prazo, ajuda a baixar juro de longo prazo, disse Appy, ao g1.

Ele estimou que, se a **reforma tributária** for aprovada neste ano pelo Congresso Nacional, PIS/Cofins

começariam a ser eliminados, na troca pelo futuro imposto sobre valor agregado, em meados de 2025. Já o ICMS e ISS, **tributos** estaduais e municipais, começariam essa transição a partir de 2027, o que se estenderia, gradualmente, até 2031.

Após o impacto inicial da **reforma tributária** nas expectativas dos agentes econômicos, Appy avalia que ela seguirá tendo impacto gradual no crescimento da economia na medida em que o IVA for entrando em vigor, de acordo com o calendário da transição.

O grosso da transição, que é a parte do ICMS e ISS, corre de 2027 até 2030, 2031, vai ser escalonado no tempo. E o aumento do **PIB**, do poder de compra, vai ser escalonado no tempo também , acrescentou o secretário Appy.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/11/governo-conta-com-reforma-tributaria-para-estabilizar-a-divida-publica-com-menor-esforco-fiscal.ghtml>

Lira defende aprovação do arcabouço fiscal, mas diz que texto será modificado

Denise Rothenburg - Enviada especial

Nova York - Num talk show durante o Brazil Summit, promovido pelo Financial Times, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), foi incisivo ao dizer que, sem o novo arcabouço fiscal, o tema mais urgente que a Casa tem para votar, o país não terá uma diretriz e ficará no limbo. Porém, isso não significa que o texto passará sem alterações no Congresso.

Lira afirmou que a proposta tem uma espinha dorsal razoável, mas que a Casa fará alterações, deixando mais claro os enforcements para quando as metas não forem cumpridas. Ele frisou que essas obrigações ou execuções, que devem ser incluídas no texto, não serão impostas ao CPF dos funcionários, mas ao CNPJ do governo.

O governo terá obrigações claras para quando as metas não forem cumpridas, se não forem cumpridas, o que acontece. Então, todas as nossas tratativas são para entregar um arcabouço em que o país tenha responsabilidade fiscal, não esquecendo a possibilidade da diminuição das desigualdades sociais, frisou.

Ao mesmo tempo em que participa de uma série de eventos em Nova York, o presidente da Câmara organiza a próxima semana, em Brasília, para a retomada da discussão do projeto das fake news e do próprio arcabouço fiscal, cujo texto será apresentado em breve pelo relator Cláudio Cajado.

Segundo Lira, Cajado está tratando das modificações com o próprio governo e os partidos. Quanto à redução das desigualdades, ele afirmou ser uma tese que o governo defende e é próprio de cada governo democraticamente defender as pautas que encaminha no período eleitoral. Mas acho que é possível fazer com que as duas tenham convergência de atacar as necessidades de um país ainda muito desigual, como o Brasil, mas não desconhecer os aspectos fiscais, de responsabilidade, de nunca gastar mais do que arrecada. Você tem ali os seus parâmetros, e o Congresso vai contribuir para que esse texto seja aprimorado, afirmou.

Tributária

Além do arcabouço, Lira reforçou a prioridade da

reforma tributária, que considera uma oportunidade única para o país. Essa discussão está sendo tratada com muita transparência e boa-fé. Nunca vi o Congresso tão empenhado na discussão desses temas, ressaltou.

No entanto, está cada vez mais claro que alguns setores terão tratamento vip nesse debate, sob pena de não se conseguir avançar. Alguns setores serão tratados com especificidades? Penso que sim. E outros setores vão ter de entender que têm alguns setores que, ou são tratados com especificidades, ou não teremos votos para aprovar a reforma mais branda ou mais complexa, destacou.

A reforma administrativa - reclamada pelos setores privado e financeiro, que temem descontrole nos gastos - ficará na gaveta por mais algum tempo, porque não há um clamor popular para que seja votada. Com tantas pautas econômicas, entrar com mais uma, sem apoio popular, a gente pode ter o risco de não aprovar nenhuma, argumentou.

Embora o texto esteja pronto para ir a plenário, o presidente da Câmara lembrou que, todas as vezes em que o assunto é tratado, acaba sequestrado por um lobby muito bem articulado de sindicatos. Porém, se houver apelo popular, a proposta irá a plenário. Caso contrário - sustentou Lira -, não dá para comprar 10 brigas de uma vez, senão você leva um murro e vai ao chão.

Por isso, a prioridade será para a tributária: Se conseguirmos fazer uma reforma mais dura, com um prazo de transição maior, ou uma possível, com um prazo de transição menor, o Brasil já terá dado um passo para atrair investimentos. O Brasil precisa demonstrar que é um país, principalmente, com segurança jurídica para investimento. E essa segurança há de vir com uma tributação simples e definida.

Ele também fez questão de elogiar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad: O governo tem uma ideologia própria. O partido majoritário do governo é o PT. O ministro Haddad tem tido um comportamento elogiável, tem conversado muito, feito interlocução política diretamente com o Senado, com a Câmara. A equipe econômica tem dado demonstrações de que não vai pelo caminho do sectarismo, porque isso não

vai levar a nada .

O que Lira deseja é retomar o protagonismo do Congresso em relação ao orçamento da União. Nesse sentido, ele repetiu o que havia dito no evento do LIDE. Embora Lula esteja no seu terceiro mandato, é uma realidade completamente diferente de quando ele foi presidente das outras vezes. O Brasil de 2002 não é o de 2023. O que penso que tem de ter é uma mudança de temperamento do governo como um todo , sugeriu.

Notícias pelo celular

Receba direto no celular as notícias mais recentes publicadas pelo Correio Braziliense . É de graça. Clique aqui e participe da comunidade do Correio , uma das inovações lançadas pelo WhatsApp .

Dê a sua opinião

O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores. As mensagens devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome, endereço e telefone para o e-mail sredat.df@dabr.com.br.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5093710-lira-defende-aprovacao-do-arcahouco-fiscal-mas-diz-que-texto-sera-modificado.html>

Cerco do governo aos importados nos sites de e-commerce pode gerar até R\$ 30 bi em impostos, calcula varejo nacional

Por João Sorima Neto - São Paulo

O Ministério da Fazenda finaliza nesta semana medidas para fazer com que empresas de e-commerce, especialmente as estrangeiras, paguem os **tributos** devidos e respeitem a legislação brasileira. Uma lista de ações será encaminhada para as varejistas, que poderão fazer a adesão a uma espécie de plano de conformidade.

Entre as medidas, está a determinação para que o site indique o valor total da compra, já com os **tributos** incluídos. A plataforma de vendas também deve se comprometer a respeitar as leis brasileiras de proteção ao consumidor.

Uma análise do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), que representa grandes varejistas nacionais, foi apresentada ao governo mostrando que o potencial de arrecadação, se as plataformas pagarem o imposto devido, é de R\$ 30 bilhões ao ano e não R\$ 8 bilhões como estima a Fazenda.

- É claro que as importações podem diminuir e haverá um tempo para que as plataformas se adaptem e essa cifra seja atingida. Mas hoje temos competição desigual e a sonegação é de R\$ 30 bilhões nesse segmento - afirma o presidente do IDV, Jorge Gonçalves Filho, que avalia como positivo o esforço do governo para que os **impostos** que já são estabelecidos para importados sejam recolhidos.

As grandes empresas de varejo brasileiras se queixam há anos do que consideram uma competição desleal com sites de comércio eletrônico estrangeiros que vendem importados no Brasil sem pagar os devidos **impostos** enquanto as nacionais pagam **tributos** e geram empregos no país.

Segundo a **Receita Federal**, uma das principais brechas é a simulação de remessas entre pessoas físicas para se enquadrar na isenção fiscal de produtos para até US\$ 50. Como as empresas estrangeiras não são pessoas físicas, o entendimento do governo é de que não se encaixam na isenção. A Fazenda quis acabar com a exceção, mas ela foi mantida a pedido do presidente Lula após a má

repercussão. A saída agora é apertar a fiscalização para evitar fraudes.

O presidente do IDV disse que a entidade esperava medidas mais imediatas, mas entende que a Fazenda está concedendo um prazo de adaptação, talvez porque as empresas precisem adequar seus sistemas.

- A medida que prevê a colocação do imposto no valor total das compras deverá acontecer de forma rápida, talvez num prazo de três semanas, como nos sinalizou o Ministério - afirma o presidente do IDV, lembrando que a Amazon já faz essa inclusão e o consumidor já sabe quanto pagará de imposto.

Em relação aos demais pontos, Gonçalves afirma que a proteção ao consumidor, como no caso de compras de brinquedos ou de roupas, por exemplo, é essencial. Ele observa que produtos importados por empresas nacionais recebem selo do Inmetro, da Abrinq e até da Anvisa, o que não acontece nas importações feitas pelas plataformas.

- Não está sendo pedido nada demais do que é exigido de empresas brasileiras, que se não certificam seus produtos são multadas ou até suspensas - afirma. - Aumentar a arrecadação sem aumentar o imposto é bom para o país. Este é um pedaço pequeno da sonegação, mas são bilhões e bilhões sonegados no país. Olhando a **reforma tributária**, pagar imposto no ato da transação seria importante para ajudar o governo e o mercado a saírem da ilegalidade.

Para Marcos Gouvêa de Souza, diretor-geral da Gouvêa Ecosystem, consultoria especializada em varejo, o pacote de medidas para o e-commerce elaborado pelo governo é um primeiro passo. Mas a capacidade de fiscalizar de fato será determinante para o sucesso dessas medidas. Ele avalia que melhor seria tributar a transação financeira de compra, o que evitaria espaço de sonegação:

- Muito melhor seria tributar a transação financeira, pois dessa forma não existe burla possível, ou fica muito restrita, pois esse sistema apenas excluiria o que fosse pago em dinheiro, que é uma parcela cada

vez menor das compras.

O consultor lembra que atualmente o que se consegue controlar é apenas 2% do que transita pelos Correios, por meio da análise por amostragem. Ele acredita que o governo deverá propor um aumento significativo no número de fiscais para que possa ser ampliada a análise do número de pacotes chegando.

- O que não inibirá a sonegação. Para atuar e controlar o comércio digital temos que usar recursos digitais - afirma.

Para Fábio Piizzamiglio, diretor da Efficienza, consultoria de comércio internacional, com a adesão das empresas estrangeiras ao plano de conformidade do governo, a gestão de risco deve ser aprimorada, já que além dos habituais métodos (escaneamento, amostragem e pesagem), haverá comprometimento do vendedor na declaração do bem, que incluirá descrição completa, como peso e classificação fiscal, que será base para o recolhimento dos **tributos**.

- Para que isso funcione adequadamente, é necessário que o acordo de conformidade preveja penalidades ao vendedor em caso de falsa declaração de conteúdo - diz o especialista em comércio internacional.

Ele lembra que a gestão de riscos pela **Receita Federal** já acontece em alguns casos. Produtos importados via e-commerce e que necessitam de anuência de órgãos como Anvisa e Ministério da Agricultura, por exemplo, costumam ser barrados.

- Mas existiram casos de falhas, por exemplo, quando sementes chinesas foram enviadas junto com mercadorias, sem que o importador soubesse. Elas chegaram às casas dos consumidores, apresentando riscos de pragas e ameaça à agricultura - explicou.

Ele diz que, se aplicada a tributação para todos os casos de envio de mercadorias, não há brechas para sonegação de **impostos**, desde que a declaração de valores do bem seja informada corretamente pelo vendedor estrangeiro.

Para o consumidor, ao fazer as compras ele desembolsará também o valor do tributo, o que encarecerá os produtos. Mas, se o gerenciamento de risco for de fato efetivo, o tempo de entrega dos bens deve ser reduzido.

- Com as novas medidas, o usuário não será surpreendido com tributação, de certa forma, "inesperada" e pagará os **impostos** no ato da compra. Poderá ainda comparar os valores previamente à compra com os produtos oferecidos no mercado

nacional - explica.

Procuradas, AliExpress, Shopee e Shein não se pronunciaram até a publicação desta reportagem. A Amazon informou, em nota, que respeita a legislação local em todos os países em que está presente e seguirá dessa forma no Brasil, "agindo junto às autoridades locais para garantir a conveniência e confiabilidade que nossos clientes demandam".

Em nota, o Mercado Livre afirmou que compartilha da "preocupação quanto à legalidade da atividade do comércio eletrônico no Brasil" e que seu setor de compras internacionais "representa menos de 1% de seu volume anual de vendas no Brasil".

"A empresa monitora a natureza fiscal das transações realizadas dentro da plataforma, fazendo com que menos de 5% das vendas sejam realizadas por pessoas físicas, isentas de pagar **tributos** de acordo com o Código Tributário Nacional" diz a nota do Mercado Livre. A empresa acrescentou que respeita "integralmente" a **legislação tributária** vigente.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/noticia/2023/05/cerco-do-governo-aos-importados-nos-sites-de-e-commerce-pode-gerar-ate-r-30-bi-em-impostos-calculavarejo-nacional.ghtml>